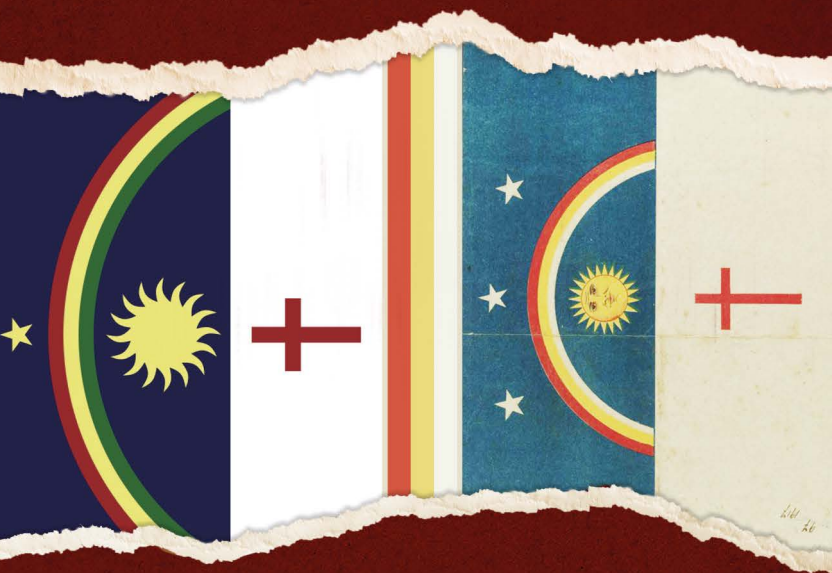


FERDINAND DENIS

O PRIMEIRO GRITO DE INDEPENDÊNCIA

Tradução, estudo introdutório e
notas de **André Heráclio do Rêgo**



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

O PRIMEIRO GRITO DE INDEPENDÊNCIA

ISBN 978-65-5737-028-5

© 2022 Do autor

Reservados todos os direitos desta edição.
Reprodução proibida, mesmo parcialmente,
sem autorização da Editora Massangana
da Fundação Joaquim Nabuco

Fundação Joaquim Nabuco | www.fundaj.gov.br
Av. 17 de Agosto, 2187 - Ed. Paulo Guerra - Casa Forte
Recife-PE | CEP 52061-540 | Telefone (81) 3073.6363
Editora Massangana | Telefone (81) 3073.6321

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Victor Godoy Veiga

Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Antônio Ricardo Accioly Campos

Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte

Mário Hélio Gomes de Lima

Coordenadora de Gerenciamento de Projetos e Processos

Elizabeth Mattos

Assistência editorial

Marcelo Abreu

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Gustavo Nunes e Beatriz Luanni | Tikinet Edição Ltda

Revisão final

Pedro Barros | Tikinet Edição Ltda

Design de capa

Gustavo Nunes | Tikinet Edição Ltda
sobre ideia de Antonio Carlos Montenegro

Ilustração da quarta-capa

Foto do autor Ferdinand Denis

FERDINAND DENIS

**O PRIMEIRO GRITO
DE INDEPENDÊNCIA**

**TRADUÇÃO, ESTUDO
INTRODUTÓRIO E NOTAS DE
ANDRÉ HERÁCLIO DO RÊGO**

Coleção A Outra Independência

Volume 1



Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Foi feito depósito legal. Impresso no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco - Biblioteca)

R343p Rêgo, André Heráclio do
O primeiro grito de Independência / André Heráclio
do Rêgo. - Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora
Massangana, 2022.

104 p.: il.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-5737-028-5

1. História do Brasil. 2. Pernambuco. 3. Revolução de
1817. 4. Ferdinand Denis. I. Título

CDU: 981:323.27(813.4)

SUMÁRIO

PREFÁCIO 7

PRIMEIRA PARTE ESTUDO INTRODUTÓRIO

I – A REVOLUÇÃO DE 1817 13

II – A INDEPENDÊNCIA VISTA
POR FERDINAND DENIS 39

SEGUNDA PARTE A REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO

III – TRADUÇÃO DO TEXTO ORIGINAL 59

Revolução de Pernambuco 59

Execução de vários chefes da insurreição 81

*Novos movimentos insurreccionais
de Pernambuco* 84

IV – *RÉVOLUTION DE PERNAMBUCO*–
REPRODUÇÃO FAC-SIMILAR DE *L'UNIVERS* 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 97

SOBRE O ORGANIZADOR E TRADUTOR 103

PREFÁCIO

Com este texto de Jean-Ferdinand Denis, escolhido, anotado e comentado pelo historiador André Heráclio do Rêgo, a Editora Massangana dá início a uma nova coleção. Em torno da Independência. A Independência do Brasil em que as províncias do Nordeste (ou Norte, como chamadas na época) foram pioneiras e antecipadoras em suas lutas e nos seus exemplos de nativismo e civismo.

A *Outra Independência* – que nomeia a coleção – reflete o título de um livro do historiador Evaldo Cabral de Mello. Suas pesquisas vêm mostrando como a História do Brasil – contada ao longo do século XX e no atual com o predomínio de uma visão sulista-sudestina – é muito mais rica de episódios, de personagens e de interpretações do que os repetidos *ad nauseam* nos manuais escolares e nos meios de comunicação de massa hegemônicos situados no Rio e em São Paulo.

Na História, não exatamente mestra da vida, mas parte dela, o óbvio de antes pode, por vezes, representar o novo e surpreendente dos futuros e agoras. É o caso de determinados textos dos viajantes estrangeiros que viveram no Brasil. Vejam-se, por exemplos, as riquezas dos relatos de Henry Koster, de von Martius, de Ferdinand Denis.

Vale a pena destacar o trabalho desse último que dedicou-se tanto a historiar e ‘ler’ o Brasil que alguns estudiosos não hesitam em vê-lo como um dos mais

importantes tropicalistas e brasilianistas. Morou no país naquele momento-chave da transição para a Independência e escreveu textos fundamentais sobre a história, os costumes e a literatura do Brasil.

Veio à América do Sul, primeiramente, com a intenção de sair das dificuldades financeiras em que se encontrava sua família. Era, então, quando chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1816, um daqueles ‘homens sem fortuna e nomes por vir’ (para citar o bonito verso que Pound usa para figura legendária). Em março de 1817 – justamente quando grassava em Pernambuco a Revolução de 1817, a mais emblemática das diversas – e fracassadas – lutas de emancipação, testemunha ocular da História, Denis escreveu a respeito dessa e de outras revoltas em termos que no seu ensaio introdutório a este volume André Heráclio do Rêgo esmiuçarà:

“De Pernambuco partiu o primeiro grito de liberdade que convocou o Brasil à independência. Foi lá que se formou a primeira revolução onde foram discutidos os direitos do país. Para todos os países da América é uma grande época histórica, sem dúvida, aquela que fez prever a emancipação do Brasil.”

Que este volume publicado pela Fundação Joaquim Nabuco, por meio de sua Diretoria de Memória, Educação, Cultura e Arte seja o primeiro de um conjunto de novas interpretações e reinterpretações em torno da Independência do Brasil. Mas também da revalorização local da figura de Ferdinand Denis cujos escritos sobre o Brasil são de tal qualidade e quantidade que resultaram numa larga bibliografia organizada pelo pintor Cícero Dias, em Paris, e que merece ser publicada e largamente difundida no país (de) onde ele veio e ‘viu o mundo’.

A nitidez expressiva de Denis na foto que se reproduz na quarta-capá desse opúsculo é ainda mais viva nas obras que dedicou ao Brasil. Viveu o suficiente para ser contemporâneo do ‘grito do Ipiranga’ do português Pedro – que fundou o Império do Brasil – e dos sussurros dos republicanos que depuseram o seu filho e o mandaram para o exílio, onde morreu – na França, na Paris de Denis, um ano e quatro meses apenas depois de Denis.

Quase um século durou a vida de Ferdinand Denis. Na chamada ‘era das revoluções’ – da conhecida expressão de Hobsbawm. Não apenas passou por esse tempo, *escreveu-o*. Um pouco das vozes e ruídos daquela época tão cheia de sons e fúrias continuam a ecoar nos seus escritos, tão fundamentais como este que a Fundação Joaquim Nabuco dá a conhecer às novas gerações.

Mário Hélio Gomes de Lima

*Jornalista e escritor, responsável pela Diretoria
de Memória, Educação, Cultura e Arte da
Fundação Joaquim Nabuco*

PRIMEIRA PARTE
ESTUDO INTRODUTÓRIO



A REVOLUÇÃO DE 1817

A Revolução de 1817, em Pernambuco, apesar de sua curta duração, foi a maior insurreição ocorrida no mundo luso-brasileiro¹. Com efeito, atingiu a maior parte do que seria no futuro o Nordeste; e alcançou estratos da população até então marginalizados nesses movimentos, as pessoas comuns, a “massa dos povos”, “os povos desordenados”, como se dizia nos autos das devassas². Esses “povos desordenados” eram sobretudo os pretos, os pardos, os negros libertos, grupo social subordinado que até então não participara desse tipo de movimento, considerado “negócio de brancos”³. Segundo José Honório Rodrigues, a Revolução de 1817 foi a primeira a surgir “não do pensamento de uma elite, mas da própria alma popular”⁴.

1 MOTA, Carlos Guilherme. “O processo de Independência no Nordeste”. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 205-230.

2 SILVA, Luiz Geraldo Santos da. “O avesso da Independência”. Pernambuco (1817-1824). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343-384.

3 Idem, p. 374. Evaldo Cabral nota que, paradoxalmente, ao apelar para a presença das “classes subalternas”, tanto em 1817 quanto em 1824, os grupos tradicionais e a elite açucareira recuaram politicamente, perdendo força e aderindo mais facilmente ao projeto imperial do Rio de Janeiro.

4 Cf. José Honório Rodrigues *apud* QUINTAS, Amaro. “A agitação republicana no Nordeste”. In: HOLANDA, Sérgio

Oliveira Lima aponta causas econômicas e “morais” para a Revolução, não tendo sido as primeiras as predominantes, mas sim as segundas, porque só os motivos morais são capazes de dispor ao sacrifício⁵. Entre as causas econômicas, apontam-se as más condições financeiras de Pernambuco, com dificuldades no comércio, situação agravada pelos pesados impostos. Nesse sentido, a transmigração da Corte, em 1808, se de um lado havia aparelhado o Brasil para a vida pública na “modalidade nacional”⁶, de outro havia trazido gravames econômicos extras que se vinham somar aos já pesados impostos pagos pelos pernambucanos. Para piorar a situação, uma grande seca assolou o Nordeste em 1816, conduzindo, junto com outros fatores, a uma situação instável e precária para a grande massa da população⁷.

As perspectivas econômicas do Reino Unido, assim, se eram promissoras na Corte e regiões circunvizinhas, não eram das melhores nas regiões mais distantes. No caso de Pernambuco, a insatisfação aumentou ainda mais com as cobranças de impostos que não redundavam em benefício algum, como o que era cobrado mensalmente da população do Recife para financiar as despesas da guarda de polícia e da iluminação da cidade do Rio

Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, II - O Brasil monárquico. 1. O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. p. 207-237, p. 224.

5 LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971, p. 769.

6 Idem, *ibidem*.

7 QUINTAS, Amaro. *Op. cit.*, p. 215.

de Janeiro, ou como aquela taxa instituída em 1811, de 140 mil cruzados, a ser paga em 40 anos, com vistas à reconstrução de Portugal, custeada pelas alfândegas da Bahia, de Pernambuco e do Maranhão.

Para Evaldo Cabral de Mello, “a Corte explorava impiedosamente a prosperidade inédita que a grande lavoura e o comércio pernambucanos conheceram nos últimos anos do século XVIII e primeiros do XIX, graças ao surto algodoeiro”, ao passo que o Rio de Janeiro era deficitário no seu comércio⁸.

Nesse mesmo diapasão, e bem antes de Evaldo Cabral, Carlos Maul comenta que a abertura dos portos “abriu menos o Brasil à recepção das ideias de outros povos do que à cobiça e aos interesses da expansão econômica da Inglaterra”, e que “situação semelhante, ao contrário do que pretendem os glorificadores de dom João VI e sua grei, só concorre para exacerbar os ânimos e reacender no espírito nacional a centelha das reivindicações”⁹.

A situação se agravava cada vez mais, como bem notou o representante diplomático francês no Rio de Janeiro, o coronel Maler, em correspondência oficial para o ministro dos Negócios Estrangeiros de seu país. Segundo ele, a guarnição de Pernambuco estava mal paga e mal alimentada pelo governo havia cerca de um ano; o território do Recife e dos distritos vizinhos, que eram extremamente produtivos em algodão,

⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 31.

⁹ MAUL, Carlos. *História da Independência do Brasil, volumes. 1 e 2*. 2ª ed. Rio de Janeiro: H. Redo y Gubau & Comp., 1921, p. 127-128.

era estéril em comestíveis e gêneros de primeira necessidade, o que elevava sobremaneira o preço do pão para os ricos e da mandioca para os pobres, situação que era agravada pela ação dos especuladores.

A notícia da insurreição de Pernambuco produziu, tanto na Corte como nesta capital, a mais viva impressão, e está provado que nada se fez para prevenir o perigo dos erros contagiosos deste gênero, apesar da proximidade das cenas que agitam a América meridional devesse ter aberto os olhos ao governo, o que os sucessos de Pernambuco só agora começam a fazer¹⁰.

Não obstante, como afirmou Oliveira Lima, existem sempre motivos de interesse pessoal em toda revolta, “a serem contados entre as razões do estômago”. Mas as “razões do cérebro”, ou porventura “do coração”, foram, na Revolução de 1817, mais poderosas e mais eficazes. Para ele, “o contágio que se estabeleceu foi o contágio da liberdade, que é o que torna este movimento altamente sugestivo e o fará sempre lembrar”¹¹.

Vale notar, entretanto, que ademais dessas causas econômicas e morais haveria uma outra, simbólica, que Evaldo Cabral de Mello denomina “sistema de

¹⁰ MALER, coronel. Ofícios de 28 e de 29 de março de 1817 ao Exmo. Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros. Em: “Para a História da Revolução de 1817. Documentos inéditos existentes no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Mandados copiar e oferecidos ao instituo pelo sócio honorário Dr. Manuel de Oliveira Lima”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. XII, n. 65-70, p. 318.

¹¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*, p. 769.

representações mentais sobre o período holandês”, teoria desenvolvida no seu livro *A fronda dos mazombos*. Segundo essa representação, os pernambucanos, ao contrário dos demais habitantes do Brasil, não seriam “súditos naturais” do soberano português, mas “súditos políticos” porque, ao expulsar os holandeses maiormente com recursos próprios e com pouca ajuda da Coroa, “à custa de nosso sangue, vida e fazendas”, haviam optado, soberanamente, em restituir o território resgatado à Coroa portuguesa. Essa representação mental, segundo Cabral de Mello, se dividia em três fases: a do “nativismo nobiliárquico”, que se estenderia do final da Guerra da Restauração (1654) até a repressão dos envolvidos na Guerra dos Mascates (1715); a do “nativismo de transação”, que duraria todo o século XVIII; e a do “nativismo radical”, posterior à Conjuração dos Suassunas (1801) e presente em 1817 e 1824. O paradoxo desse sistema de representação mental é que ele foi utilizado tanto pelos revolucionários quanto pelos defensores da monarquia. Para os revolucionários, 1817 significaria a segunda Restauração, desta feita contra a monarquia portuguesa, cuja representante, a Casa de Bragança, não havia cumprido os termos e compromissos assumidos por dom João IV e por dom Afonso VI como compensação à retribuição do território ocupado pelos holandeses, já que, sendo a vassalagem dos pernambucanos “política” e não “natural”, ela poderia ser rompida quando bem se entendesse¹². Já os defensores da monarquia utilizavam-se desse

12 SILVA, Luiz Geraldo Santos da. *Op. cit.*, p. 360-362.

simbolismo, após a derrota da Revolução, para comemorar também a segunda Restauração dos pernambucanos, desta vez contra os revolucionários de 1817, e a devolução dos territórios à mesma Casa de Bragança, na ocasião sob a égide de dom João VI.

Vale ressaltar, nesse sentido, que em nenhum momento a Revolução de 1817 empolgou a totalidade dos pernambucanos e dos vizinhos. Houve sempre o “outro”, o elemento mais conservador, localizado sobretudo nos sertões e no território das Alagoas. E mesmo entre os revolucionários a convicção da necessidade da República nunca foi absoluta. Esses elementos sem dúvida facilitaram a reação monárquica, e explicam, em certa medida, por que muitos dos revolucionários posteriormente aderiram à causa de dom Pedro I.

Para completar essa breve digressão sobre as causas da Revolução de 1817, mencionem-se as análises mais estruturalistas. Godechot, por exemplo, fala de uma crise geral, consubstanciada na conjuntura revolucionária comum ao mundo atlântico, processo que incluiria tanto a transferência da Corte quanto as independências latino-americanas. Frédéric Mauro, por sua vez, opõe a depressão econômica portuguesa à expansão econômica brasileira, o processo de Independência ocorrendo num momento de euforia econômica¹³. Já Carlos Guilherme Mota afirma que a Revolução de 1817

¹³ SOUZA, Laura de Mello e. “A vinda da família real: possibilidades interpretativas”. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, Dossiê Imprensa Régia, n. 63, nov. 2007, p. 89-90.

teria ocorrido na confluência de dois processos distintos e complementares: a descolonização portuguesa e a penetração inglesa na economia brasileira. Esta Revolução, assim, constituiu-se na “primeira manifestação mais significativa de uma série de rebeliões que iriam marcar o trânsito do Brasil do antigo sistema colonial português para os quadros do imperialismo inglês”¹⁴. Nesse sentido, as relações sociais desenvolvidas e agravadas no período, com a piora das tensões provocadas, entre outros, pelos monopólios, pelos atravessadores, pela corrupção e pela venalidade nos quadros de uma economia de exportação, explicariam em boa medida as motivações da “ampla insurreição havida em 1817, aprofundada em 1821 e 1824”¹⁵. Observava-se dessa forma uma “degradação paulatina nas relações entre a aristocracia nativa e os antigos mercados que faziam as articulações do sistema colonial português”, provocada pela crescente disputa entre a propriedade fundiária dos nativos e os “bens dos europeus, cuja maior porção constitui a massa mais opulenta do comércio”¹⁶.

Em resumo, para Carlos Guilherme Mota,

A crise do sistema colonial português pode ser acompanhada através do estudo das quatro principais Inconfidências (Mineira, em 1789; Carioca, em 1794; Baiana, em 1798; e Pernambucana, em 1801), ou através dos levantes de

¹⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 11 e 15.

¹⁵ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Globo, 2008, p. 322.

¹⁶ *Idem*, p. 323.

escravos ocorridos com insuspeitada frequência, nas diversas regiões do Brasil. A grande insurreição que abrangeu todo o Nordeste brasileiro em 1817 situa-se nesse mesmo processo de descolonização. Em certo sentido, pode ser definido como a primeira grande manifestação efetiva da crise no mundo luso-brasileiro: os revolucionários brasileiros ocuparam o poder durante 74 dias, antecipando e, em alguns sentidos, ultrapassando os limites da Independência de 1822¹⁷.

E é por isso que, ainda segundo Carlos Guilherme Mota, a Revolução de Pernambuco em 1817 foi muito mais importante do que as anteriores, e constituiu o ponto de não-retorno e de aceleração do processo de descolonização, que conduziu à Independência e à abdicação de dom Pedro I. Para ele, esse processo, com os desdobramentos do período regencial, foi a origem das “matrizes histórico-institucionais e culturais do Brasil contemporâneo”¹⁸.

* * *

A Revolução de 1817 inscreveu-se no figurino liberal, no sentido de defesa da liberdade, assumindo uma feição republicana, mas com aquela ressalva feita por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que dela participou e depois seria um dos defensores da monarquia: “um brasileiro liberal podia crer em 1817 ser necessário aderir a republicanos e hoje adotar as instituições monárquicas. Naquela época a realeza era contra a liberdade; agora não”.

¹⁷ Idem, p. 318.

¹⁸ Idem, p. 401.

Uma das características de 1817 seria, desse modo, a combinação de impulsos em que entravam o amor exagerado, literário se quiserem, filosófico mesmo, mas em todo o caso ativo, pela liberdade. Nesse sentido, sendo liberal, e integrando um processo de liberalismo que abrangia também outras partes do continente, foi um movimento nacional, se não geograficamente, certamente sociologicamente, tanto pela gente que o promoveu (intelectuais, militares, comerciantes, padres, oficiais e agricultores) quanto pelos que o combateram (comerciantes, generais e magistrados)¹⁹.

Nesse contexto, guarda a especificidade de ter sido a mais inclusiva, a mais abrangente até então, saindo do âmbito das elucubrações elitistas e pouco pragmáticas, como aquela

conspiração de intelectuais e burocratas (ambas palavras eram então, ainda mais do que hoje, sinônimos), mais ou menos ociosos, espécie de esquerda festiva refugiada nos serões literários de Ouro Preto, sonhando talvez com os bares de Ipanema nos anos 60, do mesmo modo como no poema de Drummond os conselheiros do senhor dom Pedro II sonhavam com os arranha-céus de Copacabana²⁰,

como afirmou Evaldo Cabral, com muita graça e certo exagero, dos participantes da Inconfidência Mineira, para tentar incluir o povo, a plebe, a ralé, embora sem muito sucesso. É bem verdade que a

¹⁹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*, p. 766-767.

²⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 11-12.

participação popular não tem sido a característica marcante dos ditos movimentos revolucionários brasileiros. Recorde-se a esse propósito a célebre frase de Aristides Lobo, segundo a qual o povo assistiu à Proclamação da República “bestializado”. Mas houve a tentativa, ou pelo menos a intenção, de incluir essa “alma popular”, a qual não teve sucesso, a começar pela falta geral de politização, de educação mesmo (no sentido mais nobre da palavra), tornada impossível justamente pela falta de liberdade que imperava em uma sociedade caracterizada pela instituição servil e pela falta de universidades e de liberdade de imprensa, mas sobretudo pela quase inexistência de educação básica.

Foi assim um movimento contraditório, já que era de natureza liberal, pois defendia a liberdade, mas não contava com os pressupostos que em outros lugares caracterizavam o liberalismo – os mencionados acima: liberdade de imprensa e instrução disseminadas na sociedade. Mas, não obstante, houve uma participação de agentes até então não muito ativos, como os pardos e os negros livres.

Essa tentativa de inclusão do povo denota certa ingenuidade dos chefes da Revolução, imbuídos que estavam dos princípios filosóficos da época, mas na maior parte sem a audácia e a malícia necessárias para enfrentar a realidade dos fatos. A essa ingenuidade e falta de malícia, características em princípio positivas, mas que acabam por prejudicar a atuação em tais ocasiões, vinham se juntar outras “virtudes” desta Revolução. A primeira delas foi o escrúpulo, a honestidade, a proibição dos membros do governo provisório, que se recusaram a receber vencimentos e, ao abandonar

o Recife às tropas realistas, fizeram questão de entregar os cofres do tesouro.

Também a falta de violência, que fez o custo da Revolução em vidas humanas ser muito mais baixo do que em outras ocasiões, a que se juntava sua tolerância, demonstrada por exemplo na conservação dos empregos dos funcionários públicos. Aqui se deve colocar um grão de sal: a pouca duração do movimento nos impede de saber se essas virtudes continuariam a ser praticadas...²¹

A prudência foi outra das virtudes exercidas pelos homens de 1817. Prudência que quase não teve tempo de ser exercida, face à rapidez do desenrolar dos fatos, mas que se revelou em algumas proclamações do governo provisório, como aquela favorável à abolição da escravatura, ainda que “lenta, regular e legal”, como acabou acontecendo 71 anos depois²². A generosidade seria outra característica do movimento, traduzida no sonho de “uma democracia sem jaça” e na abnegação com que muitos foram ao sacrifício.

Oliveira Lima aponta ainda um elemento regenerador na Revolução de 1817 e, nas suas palavras, “a república de 1817 não foi portanto simplesmente demolidora, mas também construtora, tendendo a pôr em prática os princípios da Revolução americana e da Revolução francesa (a de 1789, não a de 1793)”²³.

²¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*, pp. 766 e 770.

²² *Idem*, p. 768.

²³ “Parecer de 8 de janeiro de 1917 de Oliveira Lima como Presidente da Comissão Executiva”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Edição

Para ele, a Revolução de 1817 foi ainda “a mais gloriosa de todas as revoluções que no Brasil ocorreram, porque foi a mais levantada de ideias, e a mais liberal nos processos”²⁴. E isto porque ela foi obra de uma minoria em que “figuravam em largas proporções o elemento especulativo e o elemento ativo”, uma “revolução de padres e de oficiais seduzidos por uma miragem”²⁵.

Uma das características marcantes de 1817 é, assim, ter sido “quase uma revolução de padres”, os religiosos sendo o seu “melhor elemento”, por sua sinceridade, isenção e devotamento. Foi no meio religioso que o movimento recrutou a maior parte de seus dirigentes, entre cônegos, governadores do bispado, vigários, coadjutores, regulares e seculares, inclusive porque os sacerdotes formavam a classe mais instruída do país²⁶. E é por isso que, no que se refere à religião, 1817 não foi revolucionário, antes conformista, buscando mobilizar o sentimento católico da população²⁷.

Vale a pena ressaltar, por último, as fontes de inspiração da Revolução de 1817. Há aqui uma disputa nítida pela preeminência entre as revoluções americana, de 1776, e francesa, de 1789. Evaldo Cabral de Mello denominou esse fenômeno “mimetismo revolucionário”, referindo-se especificamente ao

comemorativa do 1º centenário da revolução republicana de 1817, v. XIX, n. 95-98, 1918.

²⁴ Idem, p. 145.

²⁵ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*, p. 769.

²⁶ Idem, p. 849-850.

²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 178.

movimento de 1817²⁸, dando relevo à confrontação entre os valores dessas duas revoluções e aqueles herdados da ordem colonial e escravocrata²⁹.

A influência da Revolução Francesa teria sido, em princípio, maior que a da Independência Norte-americana ou das colônias espanholas, utilizando-se “a cenografia e o gestuário da grande Revolução, cuja dramaticidade era mais apta a empolgar as imaginações brasileiras”³⁰. Mas, na realidade dos fatos, a experiência norte-americana oferecia um figurino mais adequado à tradição de autonomia de Pernambuco, já que a Revolução de 1789 pretendia liquidar, pelo sistema departamental, os particularismos regionais, identificados com o poder da aristocracia³¹.

O fato de que os Estados Unidos fossem a única nação de quem os revolucionários de Dezesete podiam razoavelmente esperar auxílio material e político, a Inglaterra sendo suspeita devido à sua velha aliança com os Braganças, e a França, pela restauração dos Bourbons, explica igualmente a preferência pelos “ingleses americanos”³².

Nesse contexto, e se os norte-americanos eram o modelo predominante, vale mencionar que os *founding fathers* pensaram inicialmente não em termos de independência, mas de uma constituição

28 Idem, p. 171.

29 Idem, p. 163.

30 Idem, p. 171-172; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*, p. 47-48.

31 MELLO, Evaldo Cabral de. Idem, p. 47.

32 MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*, p. 175.

federal para o Império Britânico³³. Assim, poder-se-ia argumentar, *à outrance*, que a Revolução de 1817 não seria em princípio nem de natureza separatista nem republicana, mas constitucionalista...

* * *

A dimensão internacional da Revolução de 1817 reflete-se em outros elementos. Será mais uma vez Oliveira Lima quem nos conduzirá no desbravamento desse aspecto do movimento. Em seus comentários à *História da Revolução de 1817*, de Muniz Tavares, ele traz à baila documento existente no *Record Office* de Londres, segundo ele “a melhor prova das ramificações da conspiração pernambucana”. Trata-se de anexo da comunicação do cônsul-geral Henry Chamberlain a lorde Castlereagh, ministro dos Negócios Estrangeiros, de 3 de maio de 1817, que é a cópia de carta escrita do Rio de Janeiro por Carlos Alvear, prócer da Independência Argentina, para seu amigo Matías de Irigoyen, em Buenos Aires. Enviada por fragata inglesa, a carta foi violada, “dizendo Chamberlain que não pôde resistir ao desejo de tirar uma cópia literal de tão extraordinária comunicação antes de a tornar a selar e remeter”. Se por um lado este ato é uma testemunha não muito favorável dos métodos da diplomacia, por outro possibilitou um achado historiográfico muito importante, cem anos depois.

Esta carta trata da Revolução de 1817, movimento que segundo Alvear foi obrigado a um início

³³ Idem, *ibidem*.

prematureo, e que deveria estender-se originalmente ao longo da costa brasileira e através do interior, informação confirmada pelo cônsul inglês em outras fontes, “sendo apenas de admirar que o governo de nada suspeitasse”.

Se as ramificações são tão extensas quanto o declara a carta [comentava Chamberlain no seu ofício], será necessária a aplicação de grande prudência e de hábil energia para impedir uma revolução geral no Brasil, pois conquanto exista um forte laço de dedicação à pessoa do Rei e à família real, existe com relação aos europeus, particularmente os fidalgos, um sentimento universal de antipatia, e o descontentamento lavra pela franca corrupção da gente no poder³⁴.

Segundo a carta, a revolta tramava-se desde há tempo nas lojas maçônicas de Pernambuco, mas foi precipitada pela prisão de alguns dos conspiradores. O plano inicial seria obrigar dom João VI a reunir as Cortes e jurar uma constituição, mas este seria, segundo Alvear, o aspecto ostensivo do movimento; na verdade, a ideia seria organizar uma república, o que os irmãos brasileiros evidentemente ocultavam dos portugueses. Havia o temor, no Rio de Janeiro e na Bahia, de que, a revolta sendo debelada, “muitas execuções ocorressem, toda a conspiração viesse a lume e não tivesse fim o número de prisões”. Mas a carta indicava também que, acontecesse o que acontecesse, “a fermentação era tal que bem podia conduzir à abolição da monarquia”³⁵.

³⁴ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*, p. 866.

³⁵ *Idem*, p. 866-867.

Esta carta aponta, em uma primeira dimensão, para os contatos e possíveis influências, entre os processos de independência hispânicos, sobretudo os da bacia do Prata, e a Revolução de 1817³⁶. Por outro lado, ela confirma também a importância da atuação das sociedades secretas, sobretudo da maçonaria, em todos esses movimentos. Com efeito, na carta de Alvear sobram referências aos “irmãos”.

O movimento de 1817, nesse sentido, ademais de ser uma “revolução de padres”, foi também um movimento que nasceu das sociedades secretas, “a que se chamavam também ‘escolas democráticas’, ‘academias’, ‘universidades’, ‘lojas’ e ‘oficinas’”³⁷. E aqui não há nenhuma contradição, pois a maioria, senão a totalidade, desses padres pertencia à maçonaria.

Essas sociedades secretas, das quais a mais importante, mas nem por isso a única, era a maçonaria, existiam no Brasil desde fins do século XVIII, sendo de nítida influência da Revolução Francesa. Destacavam-se por seu papel nos movimentos políticos da época, mas não só: o pertencimento a elas seria baseado em fatores que iam desde a mera curiosidade pelo seu caráter secreto até o interesse em pertencer a uma ampla rede de ajuda mútua, que conferia muitas vezes prestígio e mobilidade social, passando pelo desejo de pertencer a uma “escola de virtudes” caracterizada pelo aprendizado do viver em sociedade e pela circulação e debate livre de ideias. Nesse sentido, mais do que uma

³⁶ SILVA, Luiz Geraldo Santos da. *Op. cit.*, p. 366-368.

³⁷ *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, edição comemorativa do 1º centenário da Revolução Republicana de 1817, v. XIX, n. 95-98, 1918, p. 171.

instituição monolítica, a maçonaria constituía-se num “espaço de contradições e ambiguidades, coexistindo e disputando no seu interior vários projetos políticos e ideias”³⁸.

É esta justamente a ideia: a maçonaria não era um bloco único, monolítico, antes uma constelação de interesses, personalidades e mesmo vaidades que, se possuíam o objetivo comum de um maior liberalismo, optavam por formas diversas, e às vezes antagônicas, de atingir seus objetivos, com um forte componente de localização regional. Seu forte, por outro lado, era seu caráter internacional, que a distinguia das demais sociedades secretas. Vinda de Portugal, ou da França ou da Inglaterra, estava presente em todo o Brasil³⁹.

A maçonaria, que em Portugal caracterizava-se pela defesa do liberalismo individualista e pelo combate à tirania, com alguma tendência à forma republicana de governo, no continente americano tinha por objetivo principal a liberação das antigas colônias⁴⁰.

Como se vê, aristocratas portugueses faziam parte das sociedades secretas do tempo. A maçonaria pode nas suas várias ramificações visar a fins políticos diversos, e não tinham certamente idêntico objetivo

38 BARATA, Alexandre Mansur. “Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820-1822)”. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 677-706.

39 BARRETO, Celia de Barros. “A ação das sociedades secretas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira, II: O Brasil monárquico*. 1. O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. p. 191-206.

40 Idem, p. 195.

os maçons portugueses e brasileiros afora o ideal comum de liberdade humana. [...] A maçonaria, tanto em Portugal como no Brasil, tinha por objetivo primordial o que o padre Dias Martins chama “iniciar prosélitos nos segredos da liberdade”, e, segundo o mesmo autor, outro fim não teve a ida do padre João Ribeiro a Lisboa senão “apertar os laços suassunais”, isto é, estreitar as relações da academia do engenho Suassuna com o centro maçônico lusitano. [...] A certa distância bifurcou-se o caminho percorrido pelas duas maçonarias, cada qual tratando de organizar em seu proveito a liberdade, uma pela implantação de um regime de fato democrático sob o seu ouropel – a expressão pertence ao monsenhor Muniz Tavares – da realeza constitucional, a outra pela proclamação prévia da independência política. O fato de 1817 ser também o ano da conspiração portuguesa de Gomes Freire, grão-mestre da maçonaria lusitana, parece indicar que não cessara entre ambas a inteligência. Há quem diga, e houve então quem pensasse que, apesar dos maçons portugueses andarem excluídos do melhor dos sigilos das lojas brasileiras, tramando-se a aliança nacional na ignorância dos adeptos locais europeus, existia concerto para um movimento sedicioso nos dois reinos, tendo por primeiro objetivo forçar dom João a regressar para Lisboa. [...] Os portugueses reclamavam o seu rei e as suas regalias para o seu rei e as suas regalias de metrópole, e os maçons tanto quanto os corcundas queriam ter o monarca à mão para o fazerem um títere, consoante suas respectivas preferências. Os brasileiros tinham toda a vantagem em afastar o obstáculo principal à separação o seu país, almejando a maçonaria nacional formar uma pátria antes de poder pensar em sacrificar esta noção particular em prol do maior, do universal ideal humano⁴¹.

⁴¹ LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta*, p. 860-861.

É interessante observar, assim, no âmbito de uma possível “internacional maçônica”, as relações entre a Revolução de 1817 em Pernambuco e o levante de Gomes Freire, no mesmo ano, em Lisboa. Segundo Carlos Guilherme Mota, estes dois movimentos revelariam as duas faces de uma mesma realidade, já que a tentativa portuguesa de desvencilhamento dos laços de dependência com a Inglaterra indicaria a natureza das relações entre Portugal e essa potência, e o ensaio revolucionário brasileiro, por seu lado, demonstraria o esforço descolonizador de uma primeira camada dirigente nativa⁴².

O levante militar de Gomes Freire de Andrade seria nacionalista e anti-imperialista; a Revolução de 1817 seria antimetropolitana, anticolonialista, republicanista e antiportuguesa⁴³. No caso da revolta lusitana, que era uma reação contra a situação calamitosa do Reino e contra a total submissão aos desmandos de Beresford, a palavra-chave era “regeneração” do país⁴⁴. Com efeito, seu objetivo seria a convocação das Cortes para a escolha de um rei constitucional.

Um Estado arruinado, uma monarquia abalada pela opção brasileira do rei, e uma nova disponibilidade para o debate público e para a indignação patriótica formaram um solo fácil para revoltas. A conspiração descoberta em maio de 1817, e que resultou na execução do marechal Gomes Freire

42 MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução...*, p. 319.

43 *Idem*, p. 272.

44 LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994, p. 168.

de Andrade, foi um primeiro aviso. A regência tentou explorar o patriotismo dinástico e católico do tempo da guerra, apelando a uma “reversão aos princípios religiosos” e à vigilância contra os autores de “discursos sediciosos” e frequentadores de “assembleias ocultas”⁴⁵.

Na Revolta de Gomes Freire, cuja punição foi exemplar, a exemplo do que ocorreu em Pernambuco, sendo condenados os suspeitos à pena de morte, sequestro de bens e degredo, esteve presente também um sentimento antibritânico, agravado pela atuação do general Beresford e pelo verdadeiro “protetorado” inglês sobre Portugal desde a retirada da Corte em 1807. O descontentamento grassava no seio das sociedades secretas, no que constituiu uma efetiva tomada de consciência liberal de certos setores da sociedade portuguesa. Duas dessas sociedades ganharam maior destaque: o Supremo Conselho Regenerador, que promoveu a conspiração de Gomes Freire em 1817, e o Sinédrio, que está na origem da Revolução de 1820. O descontentamento grassante nas sociedades secretas não era privilégio de Portugal. Por toda a Europa formaram-se núcleos restritos, mas ativos, que no decorrer do século XIX coexistiram sob nomes e atuações políticas diferentes (maçons, carbonários, *comuneros*, etc.), e tiveram papel preponderante nos movimentos que originaram o liberalismo oitocentista europeu⁴⁶.

45 RAMOS, Rui. “Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)”. In: RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*, v. 5. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p. 35-52.

46 VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”. In:

A “sociedade secreta e paramaçônica revolucionária Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves”, criada em Lisboa em 1817, foi a origem da conspiração “cujo objetivo era o de afastar ingleses e outros estrangeiros do controle militar do país e o de promover ‘a salvação e independência’ de Portugal, criando-se um novo governo”. Beresford teve atuação destacada na descoberta da conspiração, que envolveu “presos de nota”, entre os quais Gomes Freire, não se encontrando suspeitos “da parte do povo e da gente de bom senso”. Em outubro de 1817 foi publicada a sentença de morte de 12 presos, inclusive Gomes Freire de Andrade, e deportação, expulsão e absolvição de outros. Esse processo foi revisto em 1822, por irregularidades⁴⁷.

Evaldo Cabral aponta, não obstante, que a maçonaria pernambucana era influenciada pela de Londres, e não pela de Lisboa, o que seria essencial para compreender a Revolução de 1817. Os maçons portugueses, sob a influência francesa, não atendiam às necessidades pernambucanas que buscavam fomentar uma alternativa à conexão franco-luso-fluminense, esta última buscando, pelo menos em sua parte lusitana, eliminar a posição privilegiada da Inglaterra no comércio luso-brasileiro. Nesse sentido, a maçonaria portuguesa não tinha por objeto a república, mas a constitucionalização da monarquia, como forma inclusive de defender sua posição face ao

MATTOSO, José. *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998. p.41-55.

⁴⁷ Idem, p. 47-49.

predomínio britânico e à indiferença da Corte do Rio pelas dificuldades de Portugal⁴⁸. Assim,

Dezessete foi uma derrota para a maçonaria portuguesa e fluminense, cujo objetivo, consoante o enviado de Buenos Aires ao Rio, Carlos de Alvear, informava a seu governo, consistiria em compelir dom João VI a convocar as Cortes portuguesas e jurar uma Constituição, na linha, como se vê do que Gomes Freire de Andrade projetara no Reino e do que as lojas do Porto executarão com êxito em 1820. Ocorrera que em Pernambuco os maçons “não só se haviam antecipado mas não haviam feito a revolução conforme o combinado”. O informante de Alvear aduzia que “se os pernambucanos houvessem seguido debaixo destes princípios, a coisa [o levante no Rio] se levaria a cabo. Diante do fato consumado no Recife, a maçonaria fluminense dividira-se, “uns a favor, que são geralmente brasileiros, e outros em contra, que são os europeus e muitos brasileiros”⁴⁹.

O fato é que, com a derrota dos dois movimentos de 1817, o do Recife e o de Lisboa, houve uma tremenda perseguição às sociedades secretas, condenadas por alvará de 30 de março de 1818 como conspiradoras contra o Estado. Acrescente-se que, no caso de Portugal, a revolta de 1817 foi a precursora direta do levante do Porto, em 1820⁵⁰.

Para Carlos Guilherme Mota, esses dois movimentos “sugerem a profundidade da crise que antecede e anuncia a Revolução liberal de 1820 em Portugal e a

⁴⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*, p. 37.

⁴⁹ Idem, p. 42.

⁵⁰ BARRETO, Celia de Barros. *A ação das sociedades secretas*, p. 203.

Independência nacional do Brasil em 1822”. Neste contexto, indícios de encontros em Londres entre Gomes Freire e o líder brasileiro Domingos José Martins são eloquentes o bastante para sinalizar as articulações atlânticas naquela conjuntura pré-revolucionária. Articulações que terão, aliás, desdobramentos significativos, pois alguns revolucionários derrotados e feitos prisioneiros em 1817, gente com ótimo currículo e proveniente de diferentes regiões da colônia, três anos depois sairão diretamente do cárcere baiano já eleitos deputados para representar o Brasil nas Cortes Constituintes em Lisboa⁵¹.

Outra dimensão da repercussão internacional da Revolução de 1817 foi a tentativa de estabelecimento de laços diplomáticos com os Estados Unidos. Com efeito, a admiração dos revolucionários de 1817 pela república norte-americana era tal, que um dos primeiros atos do governo provisório foi nomear ministro plenipotenciário em Washington Antônio Gonçalves da Cruz, conhecido como o Cabugá, cuja missão seria estreitar os laços de amizade entre a nova república e o governo norte-americano, abrir canais de comunicações e propor tratado de aliança, entre outros. Cabugá, mesmo após a derrota do movimento, continuou a cumprir sua missão⁵². Um dos elementos dessa missão, um tanto fantasioso, seria fomentar uma conspiração, nos Estados

⁵¹ MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução...*, p. 403.

⁵² CABRAL, Flavio José Gomes. “D. João VI entre Napoleão e os revolucionários de 1817”. In: MEIRELLES, Juliana Gesuelli; CARVALHO, Marieta Pinheiro de (Org.). *Leituras e interpretações sobre a época joanina, 1792-1826*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 255-272.

Unidos, para sequestrar Napoleão na ilha de Santa Helena e levá-lo para Pernambuco. Fantasiosa que fosse a ideia, ela preocupava dom João VI e o governo, não tanto pelo que se passava em Santa Helena, onde Napoleão estava bem vigiado, mas pelo que se passava “nas mentes daqueles que aspiravam pela subversão da ordem monárquica”⁵³.

Voltando ao mundo da realidade, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão opina, de forma otimista, que o Cabugá obteve “tudo o que poderia obter” na sua missão, e se mais não obteve foi por falta de tempo. Após a Revolução, permaneceu nos Estados Unidos e “não descurou um instante de trabalhar pela Independência a seu modo, tanto mantendo contatos com americanos do norte e das repúblicas hispânicas quanto com ligações no Brasil”. E seria por isso que seu nome foi um dos primeiros a serem lembrados por José Bonifácio para o cargo de primeiro cônsul-geral do Brasil nos Estados Unidos, bem como ele seria um dos principais insufladores da decisão do Império de buscar logo o reconhecimento diplomático dos Estados Unidos⁵⁴. É mais um caso de revolucionário de 1817 que aderiu à causa de dom Pedro I.

A Revolução de 1817 é o marco fundador da História Diplomática do Brasil. Até o dia 6 de março daquele ano, o Brasil, não somente aos olhos dos próprios cidadãos que o habitavam, mas aos olhos do mundo, era apenas o território português na

⁵³ Idem, p. 271.

⁵⁴ MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil. Um estudo de história diplomática*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996, p. 137.

América, antes colônia e por aquela época felizmente constituído em Reino Unido – reino português unido⁵⁵.

Nesse sentido, a “brevíssima atividade diplomática da República de 1817 não foi, em absoluto, inócua ou inoperante ou sequer ingênua”; ao contrário, deixou contribuições fundadoras e sólidas, entre as quais a indiscutível boa disposição da alta cúpula do governo norte-americano, a ligeira e tateante hesitação do secretário de Exteriores britânico Castlereagh, a espreita momentânea da França e a concepção russa do completo estado de sublevação de toda a América do Sul⁵⁶. Nesse contexto, a correspondência diplomática, a cobertura da imprensa e a própria consciência das elites na América portuguesa indicam que a Revolução de 1817 colocou o Brasil pela primeira vez no seio do movimento libertador do Novo Mundo, deixando a condição de colônia ou reino unido para assumir a de “uma entidade nacional com vontade própria de soberania, com vontade própria de liberdade, com vontade própria de reorganização social”⁵⁷.

⁵⁵ Idem, p. 167.

⁵⁶ Idem, p. 169.

⁵⁷ Idem, p. 168.



A INDEPENDÊNCIA VISTA POR FERDINAND DENIS

*C'est de Pernambuco qu'est parti le premier cri
de liberté qui appelait le Brésil à l'indépendance.*

*C'est là que s'est formée la première révolution
où les droits du pays ont été discutés.*

“Foi de Pernambuco que partiu o primeiro grito de liberdade que conclamou o Brasil à Independência. Foi lá que se fez a primeira revolução na qual os direitos do país foram discutidos.”

Estas palavras foram escritas e publicadas em 1839, por Ferdinand Denis, um viajante, historiador e escritor francês, administrador da biblioteca de Santa Genoveva, em Paris, que se dedicou, durante a maior parte de sua vida, à história do Brasil.

Trata-se da primeira referência, em livro de natureza pedagógica dedicado à história do Brasil, à Revolução de 1817. Com efeito, a obra de Denis, intitulada *Histoire et description du Brésil*, feita no contexto da coletânea de escritos *L'Univers*, e publicada pela editora Firmin Didot & Frères¹, em Paris,

¹ A coletânea de escritos *L'Univers* tinha por objetivo a divulgação, junto ao público europeu, da geografia e da história dos países do mundo. No mesmo volume em que Ferdinand Denis escreveu seu estudo sobre o Brasil, há também um outro sobre a Colômbia. E Denis escreveria um outro estudo para a coleção

antecede a *História geral do Brasil*, de Varnhagen, cuja primeira edição data de 1857; é anterior também às *Lições de história do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, de 1861, e mesmo ao *Compêndio da história do Brasil*, do general Abreu e Lima, filho de um dos mártires da Revolução, o padre Roma, cuja primeira edição é de 1843.

O texto de Denis precede a própria *História da Revolução de Pernambuco em 1817*, de autoria do primeiro presidente do Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano, Francisco Muniz Tavares, que somente veio à luz em 1840. Como a redação desta obra fora iniciada em 1832, é possível, mas não muito provável, que Ferdinand Denis houvesse tido acesso a ela antes da publicação de seu texto em 1839².

Nesse contexto, pode-se afirmar que a primeira percepção da Revolução de 1817, do ponto de vista acadêmico, não foi a que poderíamos denominar, com Evaldo Cabral de Mello, “saquarema”, segundo a qual o movimento pernambucano seria separatista,

dedicado a Portugal. A editora foi fundada por Firmin Didot (1764-1836), gravador, impressor e tipógrafo francês, que, ao lado de seu irmão Pierre (1761-1853), distinguia-se sobretudo como gravador e fundidor. Trata-se assim de uma empresa pertencente a uma dinastia de impressores, editores e gravadores, que ganhou fama tanto com suas edições ilustradas dos clássicos, sob a responsabilidade dos mais respeitados artistas da época, propiciando assim o acesso de um grande público a esta arte, quanto com suas edições populares de textos didáticos. É nesta última categoria que poderia ser incluída a coletânea *L'Univers*.

2 SOUZA, George F. Cabral de. “Apresentação”. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 5. ed. Recife: Cepe, 2017, p. 7.

mas uma percepção que inseria Pernambuco no que Oliveira Lima denominaria o “movimento da Independência”, e que outros historiadores preferem chamar de “processo da Independência”.

Esta percepção e as outras perpetuaram-se até hoje, todas com os seus defensores e detratores. Aqui entra em cena um outro diplomata e historiador, desta feita cearense, mas descendente de pernambucanos, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão. Para ele, a Revolução de 1817 foi “o princípio da Independência do Brasil”, e como tal foi vista pela opinião internacional da época³. Com efeito, o objetivo da Revolução seria alcançar a totalidade do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves, pelo menos em sua parte americana. Evaldo Cabral, em crítica a essa afirmação, apega-se a eventual equívoco do autor, que se referiu a “Reino Unido do Brasil”, e não a “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, para negar que se possa reivindicar para 1817 uma inspiração de unidade brasileira que não existiria⁴. *Modus in rebus*.

Gonçalo Mourão, aprofundando sua perspectiva, comenta que “a Revolução de 1817 fundou e efetivamente apresentou pela primeira vez ao mundo um Brasil não português, insurgente e republicano”⁵. Seria “o ponto de partida do Brasil novo”, e constituiria o início da história diplomática nacional, com base na percepção do Brasil como entidade não mais identificada com um reino português na

3 MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *Op. cit.*, p. 156.

4 *Idem*, p. 118; MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*, p. 44.

5 MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *Op. cit.*, p. 131.

América, que segundo ele os principais países do mundo começaram a ter nessa época⁶. Como prova, ele menciona, entre outros, comentário feito pelo abade Dominique de Pradt, antigo capelão de Napoleão, arcebispo de Malines, publicista amplamente lido no Brasil e respeitado por Bolívar, para quem a Revolução de 1817 seria a corroboração da “inevitabilidade da separação do Brasil de Portugal”⁷.

Quando em 1817 ocorre a revolução no Brasil, o abade estaria preparando mais um volume sobre as colônias americanas que sairia publicado em fins de julho e conheceria um sucesso estrondoso – para grande escândalo das Cortes espanhola e portuguesa –: nele a Revolução de 1817 assume toda sua característica de movimento inicial e fundador do Brasil não mais português. Pontifica ali o abade que as agitações continuarão mesmo que a rebelião se sufoque, que a partida de dom João significará uma insurreição maior, que a independência de Pernambuco acarretará a do Brasil inteiro, que, mesmo que não vingue, terá servido o exemplo e que aquele movimento, da maior importância para a causa da Independência, terá sido resultado de conspiração prévia. [...] O abade, ao considerar a Revolução de Pernambuco, apenas sistematizava – para usar a expressão crítica do *Times* – aquilo que alardeou uma grande parcela da imprensa da época, a julgar pelos testemunhos que pude colher⁸.

⁶ Idem, p. 148.

⁷ Idem, p. 152.

⁸ Idem, p. 152-153.

Já do ponto de vista interno, 1817 teria significado, para a Corte do Rio de Janeiro, “o sinal inequívoco da insurgência independentista na América portuguesa”, pois nada de semelhante ocorrera antes. Para o resto da sociedade no Brasil, a Revolução representou um primeiro sinal de alerta para o início da luta pela emancipação, para a força da ideia republicana, para o poder do apelo à liberdade, para a descentralização do poder administrativo, para o espírito constitucionalista.

Mais do que no que concretamente fez, a importância da Revolução de 1817 reside no que provocou, no que semeou mesmo se não colheu, no que fundou na história do Brasil. O Seis de Março trouxe para a história do Brasil o espírito insurgente que seria a fagulha a acender a fogueira do movimento pela Independência. Se a Independência viria a ser feita em monarquia, não o seria pacatamente, e isto sob dois aspectos: por um lado, não foi o espírito monarquista e dinástico bragantino quem moveu o desejo de separação; por outro, todo o processo inicial da consolidação do Império passou por um sério questionamento, tanto a nível político quanto a nível social; a nível político, aquele questionamento representou, no início, a sustentação das ideias republicanas e, logo depois, as do constitucionalismo liberal e da descentralização administrativa que inviabilizariam, ao fim e ao cabo, os sucessivos governos do Primeiro Reinado; a nível social, aquele questionamento significaria as diversas insurreições com que o Primeiro Reinado teve que lidar e que entrariam mesmo pelo Segundo Reinado, transformando-se, após a breve trégua que vai do fim da Revolta Praieira em 1848 ao fim da Guerra do Paraguai, no movimento republicano que triunfaria em 1889. [...] todos aqueles aspectos da história do Brasil têm origem

inequívoca, como vimos, na Revolução de 1817: foi ela, a nível político, quem levantou a alta bandeira da Independência, da República, do liberalismo, do constitucionalismo e da descentralização administrativa e, a nível social, foi ela quem realizou a primeira insurreição no Brasil de que participariam todos os segmentos da sociedade envolvidos por um mesmo ideal, o da “Pátria e o amor da Liberdade”, nas palavras do sublimado Dias Martins. [...] De fato, o primeiro Brasil insurgente que o mundo conheceu fora o republicano de 1817, que a repressão portuguesa esmagara mas não aniquilara, e sua sobrevivência, permeando o processo da consolidação da nacionalidade que levou à institucionalização do Império, não apenas pesaria enormemente na formação do novo Estado, como seria fator poderosíssimo nas negociações para o reconhecimento da monarquia e da dinastia de dom Pedro, tanto a seu favor como em sua oposição; a seu favor, pois o espírito republicano de 1817 seria invocado pela diplomacia de dom Pedro como argumento maior para o reconhecimento, primeiro de sua dinastia e depois de seu Império, por parte das monarquias, constitucionais ou não, da Europa; em sua oposição, pois seria um dos óbices interpostos, em um primeiro momento, pelos Estados Unidos para aquele reconhecimento, seria um fator de indisposição, por princípio, das demais repúblicas hispano-americanas contra o Império e, mal-entendido o desejo de descentralização administrativa pela antiga Metrópole, seria um dos mais importantes fatores das esperanças a que até o final se apegaria Portugal para tentar manter, quando menos não fosse, uma parcela do território americano sob seu domínio. [...] o lugar da Revolução de 1817, na história diplomática do Brasil, é o de pedra angular da nacionalidade, é o de reveladora do Brasil ao mundo

e a ele próprio, é o de criadora, sob o aspecto internacional, do futuro Brasil independente⁹.

Mas a percepção do abade de Pradt e de parte da imprensa internacional da época ficou restrita ao âmbito jornalístico, e teve pouca repercussão na Europa passado algum tempo, se é que nos podemos fiar no testemunho do mencionado Ferdinand Denis, em seu texto de 1839. Segundo ele, os fatos principais da Revolução haviam sido relatados de forma vaga, e os seus detalhes continuavam desconhecidos. Fora de Pernambuco, a lembrança da Revolução não estaria mais presente entre os brasileiros e, podemos acrescentar, entre os estrangeiros¹⁰.

A história daquele período ainda não havia sido escrita, continua Denis, e era para ele uma boa fortuna, uma boa sorte, poder pesquisar em “documentos positivos” para dar à luz a história daquela Revolução.

Mas com que autoridade ele o fazia? Quem era esse Ferdinand Denis?

Trata-se do filho de um funcionário público, poliglota, que empreendeu viagem à América do Sul em 1816, ocasião na qual se apaixonou pelo Brasil e sua história, aqui permanecendo até 1821. Data do ano seguinte, 1822, obra escrita em parceria com Hippolyte Taunay, intitulada *Le Brésil, ou Histoire, moeurs, usages et coutumes dès habitants de ce royaume*. Nomeado em 1838 bibliotecário do Ministério da Instrução Pública francês, em 1841 passou a trabalhar na biblioteca de Santa Genoveva,

⁹ Idem, pp. 166-167 e 169.

¹⁰ DENIS, Ferdinand. *L'univers: histoire et description du Brésil, par M. Ferdinand Denis. Colombie et Guyanes, par M. C. Famin*. Paris: Typographie de Firmin Didot & Frères, 1839.

onde permaneceria até 1885. Durante mais de sessenta anos dedicou-se ao estudo da história, dos costumes e da literatura do Brasil. Escreveu diversos livros sobre esses temas. Além dos mencionados, destaquem-se *Scènes de la Nature sous les Tropiques*, de 1824; *Histoire Géographique du Brésil*, de 1833; *Une fête brésilienne célébrée à Rouen en 1530 suivie d'un fragment du XVI^e siècle roulant sur la théogonie des anciens peuples du Brésil et des poésies en langue tupique de Christóvam Valente*, de 1850.

Tal currículo o coloca em destaque entre os estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, e não somente no século XIX, e em pé de igualdade com nomes como Gaspar Barlaeus, que narrou a história do Brasil holandês, e com Robert Southey, o poeta inglês que aspirava ser o “Heródoto” da nova nacionalidade, ao lhe dedicar sua monumental obra em três volumes, *The History of Brazil*. O que distingue Denis, Barlaeus e Southey da maior parte dos estrangeiros que se dedicaram ao Brasil é seu atuado labor historiográfico e humanístico. Os outros estrangeiros, por mais méritos que tivessem, e os tinham em grande medida, eram sobretudo negociantes, aventureiros e naturalistas, com a exceção de Carl Friedrich von Martius, que, se não a elaborou ele mesmo, deixou indicações muito fortes de como se deveria escrever uma história do Brasil¹¹.

¹¹ Trata-se de seu texto ganhador do concurso lançado pelo IHGB, na década de 1840, para a definição de critérios de como deveria ser escrita a história do Brasil, que modelo deveria ser seguido e quais seriam suas fontes principais, redigido em 1843 e publicado na *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em janeiro de 1845, no número 24, tomo 6.

Ao contrário de Barlaeus e de Southey, que jamais puseram os pés em terras americanas, e tal como Martius, Denis teve contato direto com o Novo Mundo. Mas foi na solidão de seu gabinete de trabalho que produziu suas obras sobre o Brasil, que não eram meros relatos de viagem. De todos os modos, e aqui permito-me citar Oliveira Lima,

os benefícios que um país fica devendo a estrangeiros como Southey e Ferdinand Denis são inestimáveis: nada os pode exceder. São depoimentos preciosos pela sua imparcialidade e pela sua superioridade moral, aduzidos ao processo que faz comparecer todas as nações perante o tribunal da civilização para responderem se bem mereceram ou não da cultura humana¹².

Ferdinand Denis, na sua condição de bibliotecário, teve, durante quatro décadas, acesso a diversos textos, impressos e manuscritos, que utilizou para escrever suas obras sobre o Brasil. Entres estes figuram aqueles “documentos positivos, cuja autenticidade é garantida”, sobre a Revolução de 1817. Trata-se, nada mais nada menos, do manuscrito das *Notes Dominicales*, de L. F. Tollenare (manuscrito 3434 da biblioteca de Santa Genoveva), somente traduzidas para o português mais de cinquenta anos depois, por Alfredo de Carvalho, e publicadas no número 61 da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, e em 1905 em brochura,

¹² LIMA, Manuel de Oliveira. “O Brasil e os estrangeiros”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *O Descobrimento do Brasil e outros ensaios*. Organização, prefácio e notas de André Heráclio do Rêgo. São Paulo: Publicações da Biblioteca Brasileira Mindlin, da Universidade de São Paulo, 2021.

com prefácio de Oliveira Lima. Observe-se que este último deve ter chegado ao manuscrito através da obra do próprio Ferdinand Denis, que dele “se serviu em trabalhos históricos seus sobre o Brasil”, e através de Varnhagen, que “dele teve conhecimento e derivou proveito” – as conclusões do historiador francês e do brasileiro, a partir do manuscrito de Tollenare, são, no entanto, bem diferentes¹³.

Nesse sentido, as *Notas Dominicais* de Tollenare, que Ferdinand Denis havia utilizado e que Varnhagen conhecia, mas que até então jaziam inéditas e ignoradas em sua totalidade, guardavam especial interesse, pois constituíam uma das mais interessantes achegas para a “mais espontânea, a menos desorganizada e a mais simpática das nossas numerosas revoluções”, a de 1817.

Para Oliveira Lima, o que havia de mais sugestivo nessas *Notas Dominicais* eram os “golpes de vista” sobre o estado da alma da sociedade luso-brasileira, dividida entre o culto do atraso e a paixão revolucionária.

A primeira impressão de Tollenare sobre Pernambuco foi de indolência, corrigida em parte pela observação da rotina de um engenho de açúcar. Seu relato está cheio de descrições de plantas e animais; de notas técnicas sobre a cultura da cana; de informações sobre a rotina da escravidão. Traça um quadro da vida rural, ignorante, boçal, rotineira,

¹³ LIMA, Manuel de Oliveira. “Prefácio”. In: TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicaes tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco, traduzida do manuscrito francez inédito por Alfredo de Carvalho*. Recife: Empreza do Jornal do Recife, 1905.

brutal, solitária, raramente luxuosa e nunca confortável. Trata da diligência dos lavradores e da apatia dos moradores. Faz um esboço, a largos traços, da falta de garantias diante das vinganças particulares, a indiferença quase forçada da justiça, a desmoralização do clero, etc.

Observe-se que as notas botânicas são retiradas dos trabalhos de Arruda Câmara; as corográficas, as relativas à criação de gado nos sertões, foram-lhe transmitidas pelo padre João Ribeiro.

Este o coloca em relação com a Revolução de 1817: o padre João Ribeiro, o naturalista, discípulo de Arruda Câmara, a figura mais sedutora do movimento, o homem mais interessante com quem podia um viajante estrangeiro deparar.

O testemunho de Tollenare confirma a insubordinação dos espíritos, a efervescência nativista; a quase anarquia sob a fraca autoridade de Caetano Pinto. Ele era pouco simpático à revolução, da qual somente via o lado inquietador e não a feição moral. Mas ainda assim distinguiu entre os filósofos seduzidos pela teoria da soberania popular (João Ribeiro) e os intrigantes impelidos por considerações egoístas (Domingos José Martins); e os temperamentos irresolutos e inteligências formalistas (José Luís de Mendonça). Os piores inimigos da Revolução foram a hostilidade do comércio português e a falta de compreensão pelo povo do alcance da substituição do regime de poderes.

Passemos ao texto propriamente dito. O que se ouvirá a partir de agora são sobretudo as palavras do historiador francês, por mim arranjadas ou desarranjadas, como preferirem, mas não substituídas. A primeira constatação de Denis é que a

insurreição de Pernambuco, a exemplo da maior parte dos movimentos que haviam ocorrido à época na América meridional, parecia haver tido como primeiro motivo a “aversão profunda” e “o espírito de ódio” que separavam, havia tantos anos, duas partes cujos interesses eram diametralmente opostos. A diferença seria que, no Brasil, a instalação da Corte portuguesa havia propiciado, ainda que temporariamente, por meio de “notáveis concessões”, uma aliança mais profunda entre a Metrópole e a antiga Colônia, que, por assim dizer, trocavam de papel. A longo prazo, entretanto, o “instinto secreto dos povos” deveria triunfar, mas tal luta foi por algum tempo subterrânea, devido à aparente confusão de interesses entre as partes, que não justificaria o rompimento violento dos laços que as ligavam havia três séculos. Mas o autor adverte: “não nos enganemos, no entanto: o que expulsou dom João VI, o que obrigou quinze anos depois dom Pedro I à abdicação, foi esta simples palavra que se repetia em 1817 em Pernambuco, ser ou não ser filho do solo; ser ou não ser brasileiro. O tempo provou o que valem tais palavras”.

Denis comenta em seguida que, havia cento e cinquenta anos, ou seja, desde a expulsão dos holandeses em 1654, o Brasil gozava de “uma paz profunda”, o que não é bem verdade; a exceção seriam alguns problemas com revoltas de escravos, nos começos do século XIX, no Recôncavo Baiano, que se haviam repetido em Pernambuco naquele mesmo ano de 1817. Medidas rigorosas, entre as quais a prisão e a morte de alguns dos revoltosos, haviam levado à impressão de uma aparente volta à tranquilidade, mas, subterraneamente, continuaram

os conciliábulos nas lojas maçônicas, bem como ocorreram demonstrações veementes tais como a substituição, nas refeições, do pão e do vinho portugueses pela cachaça e pela macaxeira e farinha de mandioca nacionais. Houve também brindes contra a tirania real e contra os portugueses da Europa. Todo o Recife tinha conhecimento desses fatos, e haviam sido feitas sobre o tema representações repetidas ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, mas este, “homem da lei e muito amigo da paz”, “imprevidente por natureza” e “falto de energia”, não havia dado crédito aos rumores.

Mas, em 3 de março de 1817, estalaram novos rumores de que Caetano Pinto sairia de sua letargia, provavelmente porque havia sido informado da maturidade do projeto dos conjurados, e tinha decidido tomar medidas contra os brasileiros mais conspícuos em suas manifestações sediciosas. Montenegro fez então uma proclamação pregando a paz, a união e a submissão, que teve efeito contrário ao desejado, já que ensejou às tropas e a outros perceber, pela primeira vez, que havia uma distinção entre os portugueses nascidos no Brasil e aqueles nascidos na Europa.

Como se trata do primeiro relato sobre a Revolução, o autor permite-se ocasionalmente a cautela e a dúvida. Assim, ao narrar os fatos do dia 5 de março, ele escreve que “parece que no dia 5 o governador convocou o Conselho, no qual se decidiu a prisão de 62 pessoas; e parece também que esta decisão foi comunicada por um traidor aos atingidos. Talvez tal comunicação não se tenha feito senão posteriormente; trata-se de um ponto sob o qual há relatos contraditórios”.

O fato é que, na manhã do dia 6 de março, tudo parecia tranquilo no Recife. Às onze horas, entretanto, iniciaram-se as prisões, e Domingos José Martins foi detido. “O senhor José de Barros”, mais conhecido como o Leão Coroado, resistiu e matou o general encarregado das prisões. “Este primeiro sangue derramado foi o sinal imediato da revolução, e os militares da caserna apelaram às armas para defender José de Barros e libertar Domingos José Martins. Os recifenses se precipitaram às ruas armados, sem conhecer as causas da desordem. Não se ouvia ainda o grito de liberdade, mas tão somente o de *“Viva a pátria, mata os marinheiros”*, como eram denominados os reinóis.

O governador não reagiu à altura, e se refugiou no forte do Brum. Cometeram-se excessos terríveis, entre os quais o massacre de quatro marinheiros franceses que haviam ocorrido ao porto para defender seu capitão. Conquanto tivesse capacidade de resistir militarmente, Caetano Pinto nada fez além de se lamentar em seu refúgio do Brum. Denis comenta que neste momento seria provável que ele tivesse condições de superar os revoltosos, mas nada fez. Ao contrário, a ordem dada pelo governador de mandar interditar a ponte de Santo Antônio era a confissão de que os legalistas se consideravam derrotados naquele importante bairro, o que deu aos insurgentes uma confiança que eles ainda não tinham. Neste momento, animadas pelas palavras do padre João Ribeiro, foi que as tropas revoltosas hastearam pela primeira vez a bandeira branca da insurreição.

A situação evoluiu rapidamente, e no dia 7 de março Caetano Pinto capitulou, de forma ridícula e humilhante para quem representava o poder real,

segundo Denis, e embarcou imediatamente em uma galeota para o Rio de Janeiro. Mas, estranhamente, continua Denis, o povo não demonstrou no primeiro momento nenhum entusiasmo, conforme depoimento de testemunhas oculares: “ele parecia acreditar que a revolução era dirigida contra o governador, e não contra o poder real”. Os chefes da insurreição não se haviam ainda referido, senão vagamente, a seus projetos republicanos.

Embarcado o governador, tudo voltou à calma e um novo governo se organizou, liderado por Domingos José Martins. A seguir foram publicadas diversas proclamações, convocando o povo para se livrar do “jugo de uma corte corrompida e custosa, onde tudo se fazia em proveito dos favoritos, e nada pela nação”, prometendo-se uma administração menos dispendiosa e sobretudo mais nacional. Assuntos importantes e polêmicos não foram evitados, como por exemplo a escravidão. Pragmaticamente, uma proclamação foi dirigida aos plantadores de cana e senhores de engenho, onde se declarava que, lamentavelmente, ainda não se tocaria na questão dos negros escravos, “não porque se aprovasse a justiça dessa situação, mas por respeito à propriedade”.

Preparou-se um novo pavilhão nacional, e, em 30 de março de 1817, a Independência “havia obtido uma certa consistência”. A Paraíba havia aderido, e organizado um governo provisório. Alagoas também, assim como o Rio Grande do Norte, e esperava-se que o Ceará e o Maranhão fizessem o mesmo. E alguns espíritos mais otimistas acreditavam inclusive que a Bahia pudesse aderir e proclamar sua independência, o que acabou não ocorrendo. Ao contrário, foi da Bahia que partiram

a reação e a repressão ao movimento, conduzidas pela vontade firme e pronta do conde dos Arcos, então governador da antiga capital.

“O que havia de notável sem dúvida no movimento insurrecional”, comenta Denis, “era a imprevidência que o caracterizava”. Não havia imprensa em Pernambuco, imprescindível nas revoluções modernas. Fez-se vir uma às pressas de Londres, mas não havia operários especializados para a manipular, situação remediada pela utilização de dois monges, um cidadão inglês e um marinheiro francês, que se fizeram às pressas tipógrafos. Tentou-se apoio junto aos estrangeiros, e uma missão foi enviada aos Estados Unidos, revestida de caráter diplomático, para adquirir armas, munições e víveres.

Antes que essas medidas dessem resultado, considerável esquadra, organizada pelo conde dos Arcos, bloqueou o porto do Recife, e o exército legalista, procedente de Alagoas, marchou sobre o Recife. Em 15 de maio de 1817 efetuou-se o combate decisivo, com a derrota dos patriotas.

“Em 17 de maio a primeira revolução do Brasil havia terminado; havia durado dois meses e meio no total. No dia 25, as cores portuguesas voltaram a tremular nas fortalezas.” Desordens sucederam-se nos dias seguintes, até que a tranquilidade foi restabelecida pela chegada do comandante do exército real. Seguiu-se a repressão, alimentada por denúncias, prisões, traições, abusos e vinganças.

Ferdinand Denis conclui dessa forma o seu relato da Revolução de 1817:

entre os homens aos quais faleceu a prudência, mas nunca a coragem, há um que merece sem dúvida mais que os outros a simpatia do historiador: trata-se deste abade (sic) Ribeiro, que havia sido nomeado Presidente do Governo provisório, e cujo nome permaneceu completamente desconhecido na Europa.

Na verdade, trata-se do padre João Ribeiro, eclesiástico instruído, mas sem sorte. Era professor de desenho, e grande admirador de Condorcet. Acompanhou o exército dos independentes, pés descalços, para dar o exemplo das privações, e foi o único que teve a coragem de morrer voluntariamente pela causa, preferindo suicidar-se a se entregar aos inimigos.

SEGUNDA PARTE

A REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO



TRADUÇÃO DO TEXTO ORIGINAL¹

A seguir, a tradução do trecho do artigo de Ferdinand Denis intitulado *Histoire et description du Brésil*, publicado na coletânea de textos francesa *L'Univers*, em 1839, que trata da Revolução de 1817:

Revolução de Pernambuco

Foi de Pernambuco que partiu o primeiro grito de liberdade que conclamou o Brasil à Independência. Foi lá que se formou a primeira revolução na qual se discutiram os direitos do país. Esta foi, sem dúvida, uma grande época histórica para todas as regiões da América, a que fez prever a emancipação do Brasil. Mas, violentamente reprimida quase de imediato após sua eclosão, esmagada desde a origem em seu desenvolvimento, a insurreição de 1819² teve muito pouca repercussão na Europa; e, se os seus fatos principais foram relatados de forma vaga, todos os detalhes permaneceram desconhecidos; digamos mais, fora de Pernambuco, a maior parte de suas circunstâncias

¹ Este texto faz parte da obra geral *L'Univers, ou histoire et description de tous les peuples, de leurs religions, moeurs, coutumes, etc.*, em sua edição dedicada ao Brasil, de autoria de Ferdinand Denis (Paris: Firmin Didot & Frères, 1839. p. 258-266).

² Nota do Tradutor: Refere-se aqui naturalmente à Revolução de 1817.

escapou à lembrança dos brasileiros³. A história deste período ainda não foi escrita; e é para nós uma verdadeira sorte ter podido pesquisá-la em documentos positivos cuja autenticidade é garantida⁴.

Como a maior parte dos movimentos que se manifestaram na América meridional, a primeira insurreição de Pernambuco parece ter tido por móvel principal essa aversão profunda, esse espírito de ódio que separa, há tantos anos, dois partidos cujos interesses são diametralmente opostos, o dos colonos e o que fundamenta seus direitos sobre a primeira conquista; mas havia esta diferença, a de que no Brasil notáveis concessões foram feitas, e que a Metrópole parecia se unir francamente em aliança com a colônia⁵. A longo prazo, e como ficou bem provado depois, o instinto secreto das populações devia triunfar. Aqui, não obstante, a luta não foi de começo evidente, porque na aparência os interesses eram comuns, e não havia motivo real para se quebrar violentamente os laços que existiam havia três séculos, e que a própria Metrópole desfez, dizia ela, de sua própria iniciativa.

Que não nos enganemos, no entanto: o que derubou dom João VI, o que obrigou, quinze⁶ anos

3 Nota do Tradutor: Esta afirmação, de 1839, conserva toda sua atualidade.

4 *Notes dominicales*, de autoria do senhor L.F. de Tollenare, ao qual tomamos emprestado este importante relato, que lamento ter sido obrigado a resumir.

5 Nota do Tradutor: Aqui Ferdinand Denis refere-se ao governo de dom João VI, que instalou a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, numa operação única na história da humanidade, que implicou a transferência de toda a estrutura administrativa e cortesã da Metrópole para a Colônia.

6 Nota do Tradutor: Dez anos na verdade: dom João VI deixou o Brasil em 1821, e seu filho Pedro abdicou em 1831.

mais tarde, dom Pedro à abdicação, foi esta palavra tão simples que se repetia, em 1818, em Pernambuco: ser ou não ser filho do solo; ser ou não ser brasileiro. O tempo provou o valor de tal palavra.

Após cento e cinquenta anos, o Brasil gozava de uma paz profunda; e esta paz não havia sido perturbada, no começo do século, senão por algumas revoltas parciais dos negros, ocorridas no Recôncavo de Salvador⁷, e que haviam sido reprimidas logo depois de iniciadas. Nos começos de 1817 ocorreram alguns problemas em Pernambuco, entre os homens de cor; prisões foram efetuadas; fuzilou-se alguns mulatos; alguns negros foram executados. Tais medidas foram consideradas rigorosas; mas os problemas que as haviam tornado necessárias não se ligavam, dizia-se, a não ser muito indiretamente à política. O governo tinha muito provavelmente alguma razão para assim pensar.

A tranquilidade se havia restabelecido completamente; mas falava-se de conciliábulos mantidos sob a proteção maçônica. Houve repastos brasileiros nos quais se havia excluído o pão e o

⁷ Nota do Tradutor: Refere-se o autor às rebeliões escravas que ocorreram na Bahia com significativa participação de africanos escravizados trazidos do Sudão Central, região que desde o começo do Oitocentos se tornara cenário de conflitos políticos de base religiosa, iniciados com o *jihād* de 1804 liderado por UsumandanFodio. Milhares de vítimas dessas guerras abasteceram embarcações negreiras que deixavam a Costa da Mina com destino à Bahia. Foram africanos trazidos dessa região, sobretudo haussás adeptos de vários tipos de devoção islâmica, os protagonistas de diversas conspirações e revoltas entre 1807 e 1816, a mais séria das quais aconteceu em fevereiro de 1814, e envolveu escravos de Salvador e subúrbios litorâneos.

vinho europeus; serviram-se com ostentação a mandioca e a tafiá⁸ do país; enfim, elevaram-se brindes contra a tirania real e contra os portugueses da Europa. Toda a cidade estava ao corrente dessas circunstâncias; fizeram-se representações reiteradas ao governador Caetano Pinto de Montenegro; mas este, homem da lei, forte amigo da paz, imprevidente por natureza, e falto de energia, acreditou não dever atribuir crédito algum a esses boatos do povo. Acrescente-se, aliás, que ele era enganado por conselhos falsos; e não tomou nenhuma providência⁹.

8 Nota do Tradutor: Aguardente fabricada com melão de cana-de-açúcar; cachaça.

9 Nota do Tradutor: Mais uma vez, socorro-me de Oliveira Lima para tratar da figura de Caetano Pinto, “um excelente homem e [que] não tem que corar perante a posteridade. Os depoimentos mais insuspeitos são unânimes em seu favor. Koster atribuía-lhe grande parte da prosperidade pernambucana... Ele contava 43 anos em 1802 quando fez a viagem pelo interior desde Cuiabá até o Recife, levando nove meses a percorrer essas 670 léguas; desceu o São Francisco até 30 léguas acima da foz, enveredando de novo por terra. Semelhante viagem, prolongada e incômoda, não condiz com a reputação que lhe quiseram fazer de indolência e a torna mal fundada. Verdade é que foi um cometimento único na sua vida”. E arremata, fazendo comparação bem humorada: “Indolente não se pode chamar, convém repetir, quem por gosto arrosta, como o sr. Roosevelt, as fadigas e perigos de uma exploração dos grandes sertões do Brasil...”. Era, com efeito, *vir probus*, um letrado, com bastante erudição e gosto, “feito mais para presidir um tribunal ou perorar numa academia, do que para afrontar sedições” (LIMA, Manuel de Oliveira. “Anotações”. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Terceira edição comemorativa do 1º centenário revista e anotada por Oliveira Lima. Recife: Imprensa Industrial, 1917. p. 7-302, p. 23-24).

No entanto, em 3 de março espalhou-se o boato de que a administração queria sair de sua letargia, e que sua primeira operação seria dirigida contra alguns brasileiros com propósitos sediciosos; é provável que o governador tivesse sido informado que os projetos dos conjurados se aproximavam da maturidade. No entanto o público parecia bem distante de acreditar em uma explosão próxima, e julgou desnecessária a proclamação que o governador publicou. Nela, ele pregava a paz, a união, a submissão sobretudo; e, coisa estranha, nela se encontravam estas palavras: “não creiais que as expressões exageradas, provocadas pela alegria de possuir um soberano neste hemisfério, possam ser consideradas criminosas; tranquilizai-vos portanto”. Supôs-se que Montenegro desejava enganar os conjurados e inspirar-lhes assim uma falsa segurança; mas muita gente, e especialmente as tropas, aparentemente aprenderam, pela primeira vez então, que era necessário fazer uma distinção entre os portugueses brasileiros e os europeus; proibia-se insultar estes últimos. Tal proclamação, na qual não se observou, à primeira vista, somente um testemunho de fraqueza, deu margem à chacota dos autores da conjuração, fez encolher os ombros aos estrangeiros, e indignou, como se podia imaginar, os portugueses, que desejavam fatos, e não palavras, ou seja, que se prendessem aqueles que a opinião pública designava como conspiradores. A opinião pública não se havia enganado nessas designações.

Parece que no dia 5 o governador convocou um conselho no qual se decidiu que setenta pessoas seriam presas; e parece também que a decisão e a lista de presos foram transmitidas por um traidor aos

interessados. Talvez também tal não tenha acontecido senão posteriormente; é um ponto sobre o qual há relatos contraditórios.

Na manhã de 6 de março tudo parecia tranquilo na cidade. Às 10 horas, a população parecia bem distante de sonhar com o golpe que iria ocorrer. No entanto, pelas onze horas, o governador deu início às prisões. Um homem, que brevemente desempenharia papel principal na conjuração, Domingos José Martins, foi conduzido à prisão. Um general de brigada foi até à caserna, e lá prendeu um oficial do regimento de artilharia. Ia proceder ao desarmamento de vários outros, quando o segundo oficial designado para ser preso, o senhor José de Barros¹⁰, tentou resistir, e concluiu a altercação produzida entre ele e o seu general, afundando sua espada no peito deste último. Este primeiro sangue derramado foi o sinal da revolução; no mesmo instante, os militares da caserna acorreram às armas para defender José de Barros. Alguns fugiram da prisão, libertaram Domingos José Martins e assassinaram aquele que o havia prendido; outros percorreram as ruas de Santo Antônio, fizeram soar o alarme e preveniram seus colegas. Os habitantes se precipitaram em armas às ruas, sem conhecer a causa da desordem. Não se ouvia ainda o grito de liberdade, mas o de *viva a pátria, matem os marinheiros*¹¹. O tiroteio começou

¹⁰ Nota do Tradutor: Trata-se de José de Barros Lima, por alcunha o “Leão coroadado”.

¹¹ *Viva a pátria, matem os marinheiros*, é assim que os brasileiros designavam os portugueses da Europa, qualquer que fosse a classe a que eles pertencessem. Depois e duramente os problemas do Rio [trata-se do episódio conhecido como *A Noite das Garrafadas*, revolta que

em diversos pontos da ilha de Santo Antônio, e o sangue correu ao grito de *viva a pátria*.

Mas, nesta circunstância crítica, que fez o governador depois de ter ordenado que se agisse com severidade? Não tomou nenhuma medida para fazer respeitar sua autoridade; e, à primeira descarrega de mosquetes, refugiou-se na fortaleza do Brown (*sic*)¹².

A fuga do governador atrapalhou inclusive o plano dos conjurados. Sua resolução primeira havia sido a de sitiá-lo em seu palácio. Esta circunstância inesperada deu lugar imediatamente à formação de dois partidos, separados somente pela ponte de Santo Antônio; o primeiro era composto dos *mari- nheiros* ou portugueses brasileiros¹³, armados no Recife; o segundo reunia os insurgentes, que estavam senhores de Santo Antônio e de Boa Vista¹⁴.

aconteceu no Rio de Janeiro, em 1831, envolvendo portugueses partidários do imperador dom Pedro I e brasileiros que lhe faziam oposição; recebeu esse nome devido ao fato de que foram utilizadas garrafas pelos revoltosos; essa revolta marcou a crise do Primeiro Reinado e o acirramento entre os dois grupos revoltosos], os europeus foram designados pelo apelido de pé de chumbo; designavam por sua vez os brasileiros com aquele de *pé de cabra*.

¹² Nota do Tradutor: Refere-se evidentemente à fortaleza do Brum. Este erro persevera ao longo do texto, de modo que optamos por substituir, nas outras ocasiões, “Brown” por “Brum”.

¹³ Nota do Tradutor: O autor aqui se equivocou: não se trata de portugueses brasileiros, que eram os insurgentes, mas portugueses europeus.

¹⁴ Nota do Tradutor: Para se entender melhor a disposição das tropas, deve-se levar em consideração que o que o autor denomina “Recife” é o istmo, a quase-ilha que constitui o núcleo original da cidade, separado parcialmente do continente pelos rios Beberibe e Capibaribe.

Excessos horríveis foram então cometidos; e foi neste momento de desordem que foram massacrados quatro marinheiros franceses que haviam acorrido ao porto para socorrer seu capitão. Este último lhes havia entregado uma soma de quarenta e oito mil francos em ouro, para ser transportada a bordo; mas não puderam chegar à praia a tempo; foram assassinados e despojados, não como franceses, é verdade, mas como *marinheiros*. Somente um, dentre eles, escapou¹⁵.

O governador, que se havia refugiado na fortaleza do Brum, lamentava-se, e não tomava providência alguma; tinha não obstante a seu favor todo o Recife armado, uma artilharia bastante numerosa e todos os marinheiros do porto dispostos a servi-lo; é provável que com todos esses meios tivesse conseguido retomar a vantagem sobre as forças insurgentes, que consistiam apenas no regimento de artilharia, em um número bem pequeno de brancos e de mulatos que haviam sido arregimentados em segredo, e em um número maior de habitantes, de todas as cores, recrutados à força, e que eram obrigados a fazer algumas patrulhas. Viam-se com dificuldade alguns soldados do regimento do Recife; e não havia talvez um único negro

Esse istmo, onde se concentravam as forças portuguesas, era ligado por uma ponte à ilha fluvial de Santo Antônio, que por sua vez era ligada ao continente, no lugar chamado Boa Vista. Nesses últimos dois lugares se concentravam as forças rebeldes.

¹⁵ Um francês muito conhecido pela nobreza e pela firmeza de seu caráter solicitou mais tarde ao governo provisório exumar, como medida de precaução, essas três vítimas, a fim de fazer constatar sua morte; não teve seu pedido atendido.

que pudesse pertencer ao regimento de Henrique Dias¹⁶. Os insurgentes dispunham apenas de três pequenas peças de campanha, sua capacidade de tiro somente se tinha dirigido contra os fugitivos; não haviam experimentado resistência fora da caserna; observava-se a maior desordem entre eles. A passagem da ponte de Santo Antônio, tentada com determinação pelas forças do Recife, teriam muito provavelmente ensejado uma grande hesitação nas forças de Santo Antônio, que então tinham apenas por apoio uma “miserável” caserna, situada numa rua, e não isolada. Em lugar de uma reação instantânea, veio apenas do forte do Brum a ordem de isolar a ponte de Santo Antônio; isto significava a confissão da derrota naquela última parte da cidade, e dar ao partido uma confiança que ele ainda não possuía. Com efeito, foi neste momento que as tropas dos conjurados, animadas pelos discursos do padre João Ribeiro, arvoraram a bandeira branca da insurreição. Um oficial de artilharia, o senhor Pedroso¹⁷,

¹⁶ Nota do Tradutor: Em honra de Henrique Dias, herói negro da expulsão dos holandeses, foi criado um regimento composto de negros, conhecido como regimento dos Henriques, ou de Henrique Dias.

¹⁷ Nota do Tradutor: Trata-se do capitão Pedro da Silva Pedroso, figura histórica ainda hoje insuficientemente estudada. Participou da Revolução Pernambucana de 1817 e posteriormente do movimento da Junta dos Matutos em 1822. Em fevereiro de 1823 iniciou uma revolta popular, de conotações raciais, inspirada na Revolução do Haiti. Pedroso se denominava o “pardo de Recife” e era apoiado por muitos pretos, mulatos e mestiços, que compunham tropas como a dos Monta-Brechias e Bravos da Pátria. Pedroso dominou o Recife por algum tempo, soltou presos não brancos e prendeu europeus. Terminou por ser capturado e levado preso ao Rio de Janeiro.

homem de resolução, conduziu duas pequenas peças à ponte, as disparou com sucesso contra os operários ocupados em isolá-la. Estes últimos eram protegidos apenas por um fogo de mosquetaria bem fraco; foram postos em fuga; e, penetrando com audácia nesta ponte que se desejava conquistar, ousou entrar no Recife, onde tudo levava a crer que encontraria sua perda, pois não havia sequer cento e vinte homens em sua companhia; mas nenhuma providência foi tomada pelo inimigo nesta parte da cidade. O terror se espalhou; cada um se escondeu ou fugiu como pôde; algumas pessoas se lançaram ao mar; um maior número buscou asilo nos navios ancorados. Em menos de uma hora, os insurgentes dominaram a quase-ilha inteira, e o governador, que não havia aparecido um único instante, viu-se prisioneiro com duzentos ou duzentos e cinquenta homens na fortaleza, sem comunicação com Olinda, onde as cenas do Recife haviam sido repetidas pela guarnição seguida pelo povo, animados pelos gritos de *matem os marinheiros*.

A noite do 6 para o 7 se passou em meio a alarmes contínuos; de parte a outra se temia um ataque. Fortes patrulhas, organizadas pelos insurgentes, percorriam as ruas. Durante esse tempo, os chefes organizaram uma espécie de governo provisório; e, desde a alvorada, fizeram notificar o governador para lhes entregar a fortaleza do Brum. A capitulação veio a seguir, e a maneira como ocorreu foi tão ridícula quanto humilhante para aqueles que

O interessante desta revolta de 1823 é que ela era tanto contra os *marinheiros*, isto é, os portugueses, quanto contra os *patriotas*, os antigos insurgentes de 1817.

representavam o poder real. Acordou-se que o governador embarcaria imediatamente em uma galeota para o Rio de Janeiro; e enquanto este se dispunha a partir, sua pequena guarnição se uniu aos regimentos insurgentes¹⁸.

O povo observou com bastante frieza a partida do governador. Este último levou sobretudo a maldição dos europeus; pois o partido dos independentes bem compreendia que todo o sucesso que acabava de obter devia-se sobretudo à sua inabilidade. O que é sem dúvida estranho, e que pode ser provado por testemunhas oculares, é que o povo não mostrou a princípio nenhum entusiasmo; parecia acreditar que a revolução se havia voltado contra o governo, e não contra o poder real. Os chefes da insurreição ainda se explicavam de maneira muito vaga sobre os seus projetos de República¹⁹.

Após o embarque do governador, tudo voltou à calma. O novo governo se organizou: uma comissão provisória, composta de cinco membros,

¹⁸ Nesta capitulação, que havia sido redigida em estilo de ata, era dito que o governador, tendo convocado seis ou sete generais prisioneiros no forte, para consultá-los sobre as possibilidades de defesa, estes últimos haviam verificado que não havia nenhuma provisão de guerra nem de boca, e que por consequência seria derramar sangue inútil se se tentasse resistir; em consequência deste parecer o governador se viu obrigado a aceitar as condições impostas pelos insurgentes, e assinar a capitulação. A maior parte dos generais permaneceu prisioneira.

¹⁹ Nota do Tradutor: Esta descrição nos leva a pensar na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, na qual se pensou a princípio que o movimento era contra o Ministério, e não contra a Coroa. Também nesta ocasião, o povo assistiu a tudo sem muito entusiasmo, bestializado até, para usar a expressão de Aristides Lobo.

foi revestida de todos os poderes; compunham-na um eclesiástico erudito, chamado João Ribeiro; José Luís, jurisconsulto hábil, dois coronéis, Manuel Correia de Araújo e Domingos Teotônio, e por fim um negociante cujo nome foi quase o único a sobreviver nos relatos posteriores. Como Domingos José Martins pode ser considerado o personagem principal da revolução, cremos dever entrar em mais detalhes a seu respeito. Este chefe da primeira insurreição brasileira nasceu na Bahia²⁰; fundou uma casa de comércio em Londres, que acabou entrando em falência. De regresso ao Brasil, retirou-se para o Ceará; e, por ocasião de uma forte alta do algodão, ganhou algum capital, com o qual se estabeleceu na praça do Recife. Suas operações nada tinham de brilhantes; e sua fortuna não lhe permitindo tomar assento no alto comércio, voltou os olhos para a agricultura, e adquiriu um engenho de açúcar, cujo produto poderia ser suficiente para as ambições de um homem modesto. Mas Domingos José Martins era ambicioso e ardente; a temporada na Europa, os conhecimentos que pretendia ali ter adquirido, lhe propiciaram certa influência sobre seus compatriotas. Eram em sua casa que se davam os jantares brasileiros de que falamos previamente; e, desde o começo, ele foi considerado um dos primeiros autores da revolução, se não o principal. Seus desejos de Independência não parecem ter sido tão desinteressados, como se pode notar, quanto os do padre Guerreiro e de alguns chefes

²⁰ Nota do Tradutor: Na verdade, Domingos José Martins nasceu no Espírito Santo, em 9 de maio de 1781.

que figuraram nas revoluções da América do Sul²¹. Foi acusado, com justiça, de haver empregado pouca delicadeza nos meios que utilizou para conseguir uma grande fortuna. Não se deve esquecer que um dos primeiros usos que fez de seu poder momentâneo foi o de empregar a ameaça para conseguir a mão da filha de um rico negociante do Recife, que lhe havia sido recusada anteriormente; mas teve, desde o começo, resolução e firmeza de espírito; e demonstrou sobretudo sangue-frio e energia no momento em que, sendo libertado da prisão, conclamou seus compatriotas às armas. Não se preocupava nem um pouco, de resto, em justificar a revolução; mas empregava sua grande atividade para fazê-la marchar²².

21 Nota do Tradutor: Trata-se de um dos líderes da Independência do México.

22 Nota do Tradutor: Em artigo publicado na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. XIX, n. 95-98, 1917, p. 161-162, Oliveira Lima faz as seguintes considerações sobre o personagem: “dos heróis da revolução é Domingos José Martins aquele cujo caráter mais se presta a ser discutido. Foi com certeza o mais audaz dos civis, mas ao mesmo tempo era o mais calculista de todos os insurgentes. Natural do Espírito Santo, iniciou na Bahia sua vida comercial que o levou até Londres, onde negociou e quebrou, diziam seus inimigos que fraudulentamente. No Ceará, para onde se retirou, ganhou na alta do algodão alguns modestos capitais com que se mudou para o Recife, socorrendo-se da agricultura para aumentar seus proventos. Adquirira na Europa certo traquejo mundano e amplas relações maçônicas. Ambicioso de riqueza e de posição, seu primeiro cuidado, depois da revolução, foi induzir o rico negociante Bento José da Costa a conceder-lhe a mão de sua filha, que lhe havia antes recusado. Para isto, diz Tollenare que recorreu à ameaça. Conseguira facilmente

Organizado o novo governo, ele publicou diversas proclamações; nelas se conclamava o povo a sacudir o jugo de uma corte corrupta e custosa, e onde tudo se fazia em proveito dos favoritos, e nada em prol da nação. Prometia-se uma administração menos dispendiosa e mais nacional. Havia ainda uma questão importante a debater, que era a da escravidão. Uma proclamação foi feita com o objetivo, sem dúvida, de dar segurança aos plantadores; nela se declarava que, mesmo contra a vontade, não se tocaria naquele momento no regime dos negros escravos; e isto, não porque se aprovasse a sua justiça, mas por respeito

impor-se no meio pernambucano pelo seu ar estrangeirado e pelas suas manobras secretas. O citado viajante francês, que lhe votava grande antipatia, aliás correspondida, pelo motivo, segundo conta, de haver recusado o seu brigadeiro *Felicité* para ir buscar farinha de trigo nos Estados Unidos, fala do seu tom doutoral, da empáfia com que se dava por entendido em política e administração inglesa, de sua mediocridade enfatuada. Descontado o elemento pessoal que existe nesta crítica e que lhe fornece o seu tom exagerado, o que fica é bastante para, de acordo com outras informações e a mera sugestão dos acontecimentos, reconstituir o seu tipo feito de verbosidade metafísica, de “afabilidade protetora” e de energia cobiçosa de mando e de fortuna. Os serviços prestados à revolução por Domingos José Martins foram contudo inegáveis e importantes. Antes do movimento era a sua casa uma daquelas em que tinham lugar os jantares nativistas; ali se congregavam os oficiais brasileiros, aos quais ele emprestava dinheiro, quando se achavam em apuros financeiros, e pregava liberdade a propósito de tudo; no momento de sua prisão mostrou coragem, e por ocasião do levante manifestou sangue frio e iniciativa; no desenlace revelou inquebrantável firmeza de ânimo. Não era certamente uma figura banal”.

à propriedade²³. Suprimiram-se também alguns impostos; mas a gente bem-informada sabia, sem margem para a dúvida, que esta última medida não podia ser duradoura, e que o reforço do erário tornava-se cada dia mais necessário.

Antigas fórmulas, cuja polidez era considerada excessivamente servil, foram proscritas da conversação: em lugar de *vossa mercê*, passou-se a dizer simplesmente *vós*; em lugar de *senhor*, passou-se a dizer *patriota*: tal equivalia à expressão *cidadão*, e ao tratamento por *tu* utilizada na França, em [17]93.

A cruz de Cristo, bem como os outros adereços reais, foram retirados das lapelas; fez-se desaparecer as armas e os retratos do rei; preparou-se um novo pavilhão nacional. Arvorou-se a princípio

²³ Nota do Tradutor: Comenta Oliveira Lima a este respeito: “uma das proclamações do governo provisório ousava afirmar que a suspeita de abolicionismo era uma suspeita que honrava esse governo, o qual não queria enganar pessoa alguma e não trepidava em descobrir que o coração se lhe sangrava ao ver tão longínqua uma época tão interessante. Não a queria porém prepostera – estou repetindo suas palavras –, e por mais horror que lhe inspirasse o cancro da escravidão – uma locução que o abolicionismo retomou dezenas de anos depois – como o seu senso político lhe aconselhava prudência e habilidade, a junta patriótica de 1817 traçou ao Brasil futuro o programa da emancipação ‘lenta, regular e legal’. Foi assim que o Brasil imperial a compreendeu e a praticou, dando ao mundo um exemplo de tino administrativo. A república de 1817 foi entretanto quem indicou o caminho, e no dizer do seu cronista Muniz Tavares, bastaria esse seu ato para fazer-lhe perdoar seus erros” (Discurso oficial realizado no teatro Santa Isabel e publicado na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, p. 42-57, e na *Revista do Brasil*, v. IV, jan.-abr. 1917, ano II, p. 247-259 – Centenário da Revolução de 1817).

o pavilhão branco, mas apenas para tornar a transição menos brusca. Tal pavilhão foi apresentado como símbolo das intenções pacíficas. Trata-se aliás do símbolo com o qual os portugueses assinalavam, havia muito tempo, nos portos, a chegada de navios que já tinham sido avistados. E era importante que os navios vindos de fora vissem o sinal acostumado, e entrassem sem desconfiança. É o que sobretudo desejavam os insurgentes, pois havia absoluta falta de víveres. Temia-se que um novo pavilhão afugentasse aqueles que quisessem atracar no Recife.

Em torno de 30 de março de 1817, a Independência havia adquirido certa consistência. Sabia-se que a Paraíba se unira ao partido de Pernambuco, e havia organizado, por sua vez, um governo provisório. O canhão anunciou por fim a adesão do distrito de Alagoas. Soube-se inclusive que a capitania do Rio Grande do Norte havia seguido o mesmo exemplo. Esperava-se ainda que o Ceará e o Maranhão entrassem na coalizção. Não parecia impossível a alguns espíritos que a Bahia proclamasse sua independência. Mas ela perseverou então na causa do rei; pois da Bahia deveria partir a repressão. A esperança dos insurgentes não se fundamentava portanto em nenhuma base segura.

O Conde dos Arcos era à época o governador da antiga capital do Brasil. Ele foi informado tempestivamente do movimento que havia ocorrido em Pernambuco; e, com uma prontidão que sempre foi considerada o ato mais importante de sua vida política, organizou tropas que marcharam contra Pernambuco. Enquanto adotava, com rara habilidade, tais medidas repressivas, o Rio de Janeiro armava

uma frota considerável: o resultado da luta não era portanto duvidoso.

O que havia de notável sem dúvida no movimento insurrecional era a imprevidência com a qual ele se havia organizado. Não existia imprensa em Pernambuco. Os homens do poder não tinham à sua disposição este agente poderoso de todas as revoluções modernas. Fizeram-se vir uma prensa e tipos de Londres; mas, quando tal material chegou, não se sabia onde encontrar operários para manejá-lo; dois monges, um inglês e um marinheiro francês se transformaram, à pressa, em tipógrafos. Sentia-se, ao se organizar tal imprensa, que havia grande necessidade desse poderoso meio de dirigir a opinião pública.

Dava-se o mesmo com os víveres e com a munição: não se fez nada para obtê-los. Algumas tentativas foram feitas com vistas a obter dos estrangeiros contratos de substância; mas não tiveram efeito. Voltaram-se então os olhos para os Estados Unidos; e um homem inteligente, revestido de caráter diplomático, foi enviado à América do Norte para adquirir armas, munições e víveres; mas o acontecimento que se aproximava tornou inútil esta medida.

Graças à atividade do Conde dos Arcos, desde o mês de maio uma esquadra bem considerável bloqueava o porto do Recife; o exército real havia desembarcado em Alagoas; e marchava sobre a cidade. A Paraíba havia retomado o pavilhão português. Todas as rotas estavam interceptadas, e uma grande confusão reinava em Pernambuco. Uma medida importante, mas que lançou preocupação no seio da população, fora tomada havia algum tempo. Era a libertação de um milhar de escravos; e, nesta época,

as forças dos insurgentes contavam dez ou doze mil homens. Martins assumiu o seu comando.

Foi em 15 de maio de 1817 que se deu o combate que deveria decidir a sorte dos insurgentes. Os dois exércitos se encontraram no território de Sirinhaém, próximo ao Salgado²⁴; mas que dizer de semelhante batalha? O exército dos patriotas se compunha de lavradores pobres e de moradores, recrutados à força no caminho que ia de Alagoas ao Recife. Eles não haviam sido armados nem vestidos; e, não compreendendo em nada o que se passava, o que desejavam era retornar aos seus afazeres. O exército real era sem dúvida mais numeroso; mas, à exceção da cavalaria, não podia dar maiores confianças ao seu general. Pobres indígenas, reunidos à pressa, se haviam juntado voluntariamente às tropas da Bahia; e, como havia ocorrido durante as guerras da Holanda²⁵, via-se ainda marcharem com seus

²⁴ Nota do Tradutor: Na verdade, Tollenare apenas informa, na nota concernente ao dia 18 de maio de 1817, que, “no dia 14, deu-se diante de Sirinhaém uma batalha entre o exército real e o republicano. Este último foi batido e seus restos se espalharam pela vila na maior desordem. Diz-se que o senhor Martins foi morto ou aprisionado” (TOLLENARE, L.F. de. *Notes dominicales prises pendant un Voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, tome II. Paris: Presses universitaires de France, 1972, p. 631). Já Muniz Tavares informa que o combate havia sido realizado no dia 13 de maio no engenho Trapiche, distrito de Ipojuca (TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 5ª ed. Recife: CEPE, 2017, p. 368-369). A distância entre os dois lugares é de cerca de 25 quilômetros.

²⁵ Nota do Tradutor: O autor refere-se naturalmente à guerra de restauração contra os holandeses, a “guerra da Liberdade Divina”, como a denominava João Fernandes

arcos esses restos de nações indígenas. Não houve necessidade de seu socorro; o fogo se engajou entre os dois exércitos a uma distância considerável e, após algumas descargas, cessou; pois as tropas independentes se dispersaram pelos campos, ou recuaram para Pernambuco. Somente três homens foram mortos. O general Melo, que comandava as forças reais, tornou-se senhor do campo de batalha²⁶.

Quanto a Domingos José Martins, foi talvez o único, neste exército improvisado, que demonstrou verdadeira coragem. Ferido durante a ação, refugiou-se numa cabana, e se disfarçou. Fugindo de abrigo em abrigo, foi finalmente denunciado por uma índia. Uma vez no poder dos realistas, foi embarcado no Pontal²⁷, e conduzido à fragata que o devia transportar à Bahia. A sorte dos outros membros do governo provisório não foi melhor. Um deles traiu a causa que havia abraçado, e se cobriu de infâmia²⁸. Dois outros foram

Vieira, concluída vitoriosamente em 1654, com a capitulação holandesa.

²⁶ Nota do Tradutor: O comandante do exército realista era o marechal Joaquim de Mello Cogominho de Lacerda. Denis o trata pelo seu sobrenome menos conhecido. Muniz Tavares e outros preferem chamá-lo Cogominho.

²⁷ Nota do Tradutor: Segundo Muniz Tavares, Domingos José Martins foi embarcado no porto do Recife (*Op. cit.*, p. 368).

²⁸ Nota do Tradutor: Muniz Tavares informa, sobre os fatos posteriores à derrota do exército independente: “o governo provisório estava reduzido a dois membros, o padre João Ribeiro, e Domingos Teotônio; do Martins já conhecemos a sorte; os outros dois viviam retirados em suas casas pretextando moléstia, como a pretextavam três dos conselheiros: o Moraes, o deão de Olinda, e Gervásio Pires” (*idem*, p. 375). Denis provavelmente se refere a

aprisionados. O infortunado abade (sic)²⁹ Ribeiro foi o único que ousou morrer por suas próprias mãos. Em 17 de maio, a primeira revolução do Brasil tinha chegado ao seu fim; havia durado ao todo dois meses e meio. No dia 25, as cores portuguesas tremulavam em todas as fortalezas.

Não entraremos aqui em detalhes mais amplos sobre as desordens parciais que tiveram lugar, durante dois ou três dias, no Recife e em Olinda. Elas eram inevitáveis diante da afluência das tropas e do desembarque dos marinheiros. Dois habitantes, que pertenciam ao partido dos independentes, foram massacrados; um número ainda maior de indiferentes perdeu a vida. A frota se mostrou

José Luís de Mendonça ao fazer a acusação de infâmia. Pelo menos é o que se pode depreender de comentário de Muniz Tavares: “o Mendonça, que desgraçadamente não contava entre as suas virtudes a coragem...” (idem, p. 182).

²⁹ Nota do Tradutor: Trata-se de João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, que era padre, e não abade. Nasceu em 28 de fevereiro de 1766. Filho de uma família distinta, mas muito pobre, seguiu a carreira religiosa e foi auxiliar do monsenhor Manuel Arruda Câmara, naturalista de grande renome, como desenhista botânico nas suas expedições científicas, tornando-se seguidor de seus ideais libertários. Considerado o líder moral da Revolução Pernambucana, João Ribeiro cometeu suicídio em 19 de maio de 1817, enforcando-se na capela do Engenho Paulista em Olinda – atual município de Paulista –, após a derrota dos revoltosos na batalha do Engenho Trapiche. Mas, por ordem do vice-almirante português Rodrigo Lobo, seu corpo foi desenterrado e esquartejado, e sua cabeça exposta na ponta de uma vara no centro do Recife, onde ficou por dois anos. Feito este esclarecimento, as menções a João Ribeiro atribuindo-lhe o título de abade serão corrigidas a partir deste momento.

insuficiente para reprimir tais desordens; e a tranquilidade somente foi restabelecida completamente com a chegada do marechal de Mello.

Mas então se manifestou a reação realista; e, o que há de mais lamentável a dizer, é que ela se manifestou por meio de denúncias. Buscou-se justificar a docilidade com a qual se havia aceitado o jugo republicano. Houve alguns personagens bem conhecidos que pretenderam ingenuamente haver aderido ao novo governo somente para conduzi-lo ao erro, ou, para melhor se expressar, para apressar sua ruína. Mas, enquanto as prisões se multiplicavam³⁰, e que se devolviam aos seus senhores os respectivos negros, que pagavam por meio de açoites seu momento de liberdade³¹, o fim desse drama sangrento se preparava: Domingos José Martins foi julgado na Bahia e enfrentou a morte com coragem, ao lado de vários de seus associados;

³⁰ O costume de se fazer justiça com as próprias mãos, no Brasil, deu lugar a prisões bizarras. Um brasileiro processava o outro; ele o prendeu com seus negros, conduziu-o ao Recife, agarrotado, afirmando que se tratava de um patriota. Este último provou o contrário, e o aprisionador foi por sua vez preso. Um irmão levou o outro com a corda ao pescoço, sob o pretexto de que ele havia vindo à cidade vender alimentos.

³¹ Muitos dentre eles haviam cometido violências; mas o suplício que se lhes infligiu era, digamos, doloroso, desolador. Os carrascos eram criminosos condenados, e os espectadores lhes davam dinheiro para excitá-los a bater com toda força. O paciente era atado de pé a uma grade de ferro, e despido da cintura para baixo. Os doze primeiros golpes descobriam a carne; aplicavam-se depois entre 100 e 300. Poucos dentre eles lançavam gritos, mas alguns desfaleciam. Castigavam-se também os mulatos e os semibrancos.

encaminhou-se a maior parte dos prisioneiros de Estado para a mesma cidade, onde eles deveriam sofrer muito tempo nas prisões³²; e enfim, quatro chefes do partido independente sofreram o último suplício em Pernambuco³³.

Dois entre eles eram eclesiásticos; mas a jurisdição clerical nada pôde em seu favor³⁴. Os dois

³² Nota do Tradutor: A esse propósito comenta Oliveira Lima: “na cadeia da Bahia os revolucionários de 1817, que ali foram amontoados em condições de sordidez de que nos ficou amplo testemunho, portaram-se modelar e admiravelmente. Naquela enxovia reviveu o cárcere dos girondinos; a chama da inteligência, aguçada pelo sofrimento, ali despediu um outro clarão imorredouro. A ideia principal desses presos foi a de educarem ainda melhor seus espíritos para melhor servirem à liberdade. Dali saíram professores, administradores e homens de Estado que ajudaram a formar o nosso Brasil, dando à sua monarquia, que de outro modo poderia cair na órbita do sistema europeu, de intolerância e autocracia, características da Santa Aliança, o cunho americano da tolerância e da democracia” (Conferência realizada a 19 de março de 1917 na Paraíba. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, p. 269-283; e *Revista do Brasil*, v. IV, jan.-abr. 1917, ano II, p. 431-443 – A Revolução de 1817).

³³ Nota do Tradutor: Muniz Tavares não faz referência a supliciados em Pernambuco. Antes informa que todos os chefes dos revoltosos foram enviados para a Bahia. Somente o padre Ribeiro faleceu em Pernambuco, porque o fez por suas próprias mãos (*Op. cit.*, p. 394 e ss).

³⁴ Nota do Tradutor: Além do padre Ribeiro e do padre Roma (um religioso que tinha recebido dispensa das ordens), havia mais três religiosos de destaque na Revolução: o vigário Tenório, o padre Miguelinho e frei Caneca – este, o único dos sacerdotes a ser poupado pela repressão portuguesa, tão somente para encontrar o seu destino glorioso, a morte, na revolução seguinte, a Confederação do Equador, de 1824.

outros pertenciam à condição militar, e se haviam destacado por seu ardor durante a insurreição. Trata-se de José de Barros e de Domingos Teotônio, anteriormente pertencentes ao exército real.

Execução de vários chefes da insurreição

Os habitantes de Pernambuco ainda conservam a lembrança desta terrível execução. Relembremos suas circunstâncias principais. Foi pelo mês de julho que se procedeu ao julgamento. Os condenados, com a corda ao pescoço, esperaram, por muito tempo, que o cortejo que os acompanharia fosse reunido. Os soldados, que dele faziam parte, marchavam com as armas baixas, e o tambor era tocado como nos funerais. De acordo com o antigo costume, as confrarias chegavam lentamente, umas após as outras, portando bandeiras que eram sucessivamente apresentadas aos suplicados. Um oficial superior de justiça, portando o hábito e o manto de luto, apresentou-se, montando um cavalo negro, e precedido por um alcaide em traje vermelho, montado igualmente a cavalo. Este oficial inferior levava à mão uma tocha de cera amarela; esperava-se a qualquer momento que a sentença de morte fosse lida; mas novas delegações do clero apareceram ainda, e recitaram orações. Tudo isto se passava em frente à entrada do calabouço. Enfim o cortejo se iniciou, com os executores por último. Estes dois carrascos eram dois negros condenados à morte, mas aos quais se havia poupado o último suplício, desde que executassem seu terrível mister para a justiça. Chegado ao local de execução, o pároco de Itamaracá, o abade (*sic*)

Tenório³⁵ trajando uma túnica e um capuz branco, pôde dar alguns passos em direção à força; pois estava enfraquecido pela doença. Monges franciscanos o sustentavam, e um jovem beneditino o acompanhou até a fatal escada. Ele não podia falar, mas a voz do monge se fez ouvir: “sua morte o absolve perante a sociedade; para além disso vejam apenas um irmão”. Os carrascos cumpriram seu ofício, mas derramando lágrimas. Os dois militares demonstraram grande firmeza. José de Barros desafiou os assistentes, e Domingos Teotônio lhe fez um discurso acalorado. Reconheceu que se havia enganado. Mas lembrou que seu coração o havia conduzido, e que acreditara haver agido para a felicidade de seu país. Tinha um filho para recomendar à consideração pública, e assim o fez em termos que despertaram o mais vivo interesse.

³⁵ Nota do Tradutor: Pedro de Souza Tenório nasceu no Recife, em 29 de junho de 1779. Educado na Universidade de Coimbra, em Portugal, foi designado para a paróquia da vila de Nossa Senhora da Conceição, hoje Vila Velha, em Itamaracá. Ali, revolucionou não apenas a prática pastoral, mas a agricultura com a implementação de modernas técnicas agrícolas. Logo após eclodir a Revolução, o padre Tenório e todos os paroquianos cercaram com a ajuda de uma pequena tropa o Forte Orange, que estava ocupado pelos portugueses, e ele, sozinho, foi ao encontro do comandante e rendeu toda a guarnição portuguesa. Pelo seu envolvimento nesse movimento, foi condenado à morte por crime de lesa-majestade. No dia da execução, andou para o lugar do suplício vestindo uma túnica e um capuz brancos, pálido e desfeito, sendo enforcado e decepado. Seu corpo foi então amarrado a dois cavalos e arrastado pelas ruas do Recife. A cabeça foi exposta em Itamaracá, e as mãos foram pregadas em um poste da vila de Goiana. Também não era abade.

Entre os homens aos quais faltara a prudência, mas jamais a coragem, existe um que merece sem dúvida mais que os outros as simpatias do historiador: trata-se do padre Ribeiro, nomeado presidente do governo provisório, e cujo nome permaneceu tão completamente esquecido na Europa, que não se pode citar nenhuma obra específica que dele se tenha ocupado.

O padre João Ribeiro era um eclesiástico instruído, mas sem fortuna; e possuía uma filosofia prática que o fazia contentar-se com a posição na qual a sorte o havia colocado³⁶. Como grande número de eclesiásticos da América meridional, se havia inspirado com a leitura dos filósofos do último século; como ele próprio o dizia, respirava somente liberdade. As obras de Condorcet em particular haviam influenciado seu espírito; ele testemunhava, diz-se, a mais alta confiança no progresso do espírito humano. Sua imaginação, como alguém observou, caminhava mais rápido que seu tempo, e sobretudo muito mais adiante que o gênio de seus compatriotas. “Hoje em dia”, escrevia no calor da hora um homem que não partilhava de suas opiniões, mas que as considerava com grande sagacidade, “hoje em dia ele está menos embriagado com a honra de ser o primeiro magistrado de seu país, que da glória de ser seu regenerador. Alegro-me de

³⁶ Era professor de desenho no seminário de Olinda. Tendo este emprego sido suprimido, conseguiu o lugar de servidor de um hospital; o que lhe garantia um rendimento anual de cerca de três mil francos. Continuava a exercer a arte que cultivava, e os seus rendimentos lhe permitiram dedicar-se ao estudo das ciências, pelo qual nutria uma paixão sincera; propôs-se a inaugurar um curso de física, e possuía alguns instrumentos.

fazer justiça às suas intenções, que eu creio sejam boas; mas, não posso deixar de dizer, ele tem mais entusiasmo que talentos administrativos. Eu o considero, nesse aspecto, de uma fragilidade extrema. Não possui nenhum conhecimento dos homens; a arte de manipular suas paixões lhe é tão desconhecida quanto a da intriga. Este homem sabe se sacrificar pela pátria, mão não será capaz de salvá-la”.

Estas palavras notáveis foram escritas em 23 de março; dois meses depois, o padre João Ribeiro, que havia seguido o exército dos independentes, descalço e com as pernas desprotegidas, para dar o exemplo das privações, este pobre sacerdote, que parecia nunca ter tomado parte em nenhuma ação política, foi o único que teve a coragem de tirar voluntariamente a própria vida, e sua cabeça ainda sangrenta foi levada, na ponta de uma lança, pelas ruas de Pernambuco³⁷.

Novos movimentos insurreccionais de Pernambuco

Depois, e durante esta efervescência geral que se fez sentir no Brasil, dois outros movimentos insurreccionais ocorreram em Pernambuco, um em 1824, o outro em 1829³⁸: ambos se relacionavam sem

³⁷ Ele se matou a três léguas de distância desta cidade. Para conservar integralmente a verdade histórica deste relato, devemos dizer que os dois homens que demonstraram mais energia como homens de ação foram Martins e Antonio Carlos.

³⁸ Nota do Tradutor: Em 1829 ocorreram as lutas entre a sociedade absolutista denominada Coluna do Trono e do Altar, defensora de dom Pedro I e cujo objetivo era propagar pela imprensa suas doutrinas reacionárias, e os

dúvida aos antigos princípios que se haviam manifestado quando da primeira revolução; mas tinham também por objetivo consolidar interesses locais, dos quais não temos ainda condições de compreender a importância, tão longe estamos do teatro dessas discussões tempestuosas. Abster-nos-emos de detalhes sobre esse tema, e diremos somente que a última insurreição pode fornecer uma prova dos progressos rápidos que o espírito do governo constitucional tem feito no Brasil. O imperador publicou então dois decretos para suspender as leis concernentes à liberdade individual, e quis estabelecer ao mesmo tempo uma comissão militar para julgar sem possibilidade de recurso os chefes desta conspiração. “Essas medidas inconstitucionais foram objeto de crítica generalizada”, diz o senhor Warden, “e provocaram um grande descontentamento, mas a revolta foi reprimida tão logo iniciada. Dirigiu-se inclusive uma petição ao Parlamento acusando o Ministro da Justiça que, tendo se permitido mandar prender diversos indivíduos, havia violado as formalidades prescritas pela lei³⁹. Os decretos que haviam provocado tamanha reprovação foram anulados.

liberais da sociedade denominada Jardineira ou Carpinteiros de São José, fundada no Rio de Janeiro, mas com seção pernambucana fundada em 1829. Neste ano houve também uma pequena sedição republicana protagonizada pelos irmãos Roma e logo derrotada.

³⁹ *L'Art de vérifier des dates, depuis l'année 1770 jusqu'à nos jours*, t. XIV, p. 399.



***RÉVOLUTION DE PERNAMBUCO* –
Reprodução fac-similar de *L’Univers***

A seguir, reprodução fac-similar do trecho da coleção de textos francesa *L’Univers*, correspondente à chamada “Revolução de Pernambuco”.

Villa do Recife que d'une petite lieue, et elle communique avec elle par un promontoire qui longe le rivage. Le Rio-Biberibe, dont le cours est assez considérable, s'étend parallèlement au promontoire du côté opposé à l'Océan, et offre, de même que la mer, un moyen facile de communication entre les deux villes. La cité d'Olinda a été bâtie, au seizième siècle, sur un terrain assez élevé, que les géographes brésiliens regardent comme le commencement d'une petite cordillère, qui se prolonge dans l'intérieur. L'air qu'on y respire est d'une pureté parfaite, et l'on y trouve quelques anciens édifices qui attestent son ancienne opulence.

La ville d'Olinda, presque déserte dans la saison des pluies, dit le précieux manuscrit qui nous a souvent servi de guide, est assez animée pendant la belle saison; beaucoup de bourgeois du Recife y ont leur maison de campagne; sa position sur plusieurs collines en rend la vue charmante. D'un côté, on aperçoit le port du Recife, avec sa forêt de mâts et ses jolis clochers de faïence; on suit au loin la digue naturelle qui forme le récif de pierre proprement dit, et l'on domine sur l'Océan. De l'autre côté, l'œil découvre la plaine marécageuse qu'inonde le Biberibe, et va se reposer sur des mornes couverts de verdure: c'est l'image de la solitude. L'autre point de vue, au contraire, nous met en rapport avec un monde actif.

La situation de la ville sur diverses collines permet à chaque maison d'avoir un petit jardin; ce qui donne à l'ensemble quelque chose de fleuri et de gracieux. Quoique ces jardins soient peu cultivés, puisqu'on se borne à y laisser croître quelques orangers et quelques bananiers, ils forment cependant des masses de verdure de l'aspect le plus pittoresque.

D'après d'anciennes conventions, le gouverneur et les autorités principales devraient séjourner six mois de l'année à Olinda; on a même bâti un palais dans l'intention de rendre l'exécution de cette clause plus facile. On comprend que le mouvement des affaires,

qui est complètement concentré dans le Recife, retient presque toujours le chef de l'administration. L'évêque a également son palais à Olinda, mais c'est une misérable habitation; tandis que celui de la Soledade, qui appartient également à l'évêché, et qui a été construit dans un des faubourgs du Recife, offre un aspect magnifique. L'ancienne cathédrale s'élève sur une colline; elle domine le pays d'alentour, et elle ne manque ni d'élégance, ni de grandeur.

L'établissement d'Olinda le plus intéressant est, sans contredit, le jardin de botanique, ou, pour mieux dire, de naturalisation. Il fut fondé à l'arrivée de la cour; et ce fut de Cayenne que l'on fit venir les premières plantes que l'on voulait acclimater, ainsi que le directeur qui devait diriger les diverses opérations d'horticulture. Le cannellier de Ceylan, le giroflier des Moluques, le muscadier, le poivre de la côte de Malabar, l'arbre à pain d'O-tahiti, et une foule d'arbres exotiques sont l'objet d'une culture spéciale. Il y a plusieurs années, les cinq cents cannelliers qui y prospéraient n'avaient pas encore pu subir l'opération de l'écorcement. Cela ne veut pas dire cependant qu'une longue persistance dans les soins donnés à ces arbres ne puisse amener d'heureuses améliorations pour le commerce.

RÉVOLUTION DE PERNAMBUCO. C'est de Pernambuco qu'est parti le premier cri de liberté qui appelait le Brésil à l'indépendance. C'est là que s'est formée la première révolution où les droits du pays ont été discutés. Pour toutes les contrées de l'Amérique, c'est une grande époque historique, sans doute, que celle qui fit prévoir l'émancipation du Brésil. Mais, refoulée violemment presque aussitôt qu'elle se fut déclarée, arrêtée dès l'origine dans son développement, l'insurrection de 1819 a eu fort peu de retentissement en Europe; et, si les faits principaux en ont été vaguement rapportés, tous les détails en sont restés inconnus; disons plus, hors de Pernambuco, une foule de circonstances ont

échappé au souvenir des Brésiliens. L'histoire de cette période n'a pas encore été écrite; et c'est pour nous une bonne fortune réelle que celle qui nous a mis à même de puiser à des documents positifs, dont l'authenticité nous est si bien garantie (*).

Comme la plupart des mouvements qui se manifestèrent dans l'Amérique méridionale, la première insurrection de Pernambuco paraît avoir eu pour premier mobile cette aversion profonde, cet esprit de haine qui sépare, depuis tant d'années, deux partis dont les intérêts sont diamétralement opposés, celui des colons, celui qui base ses droits sur la première conquête; mais il y avait cette différence, qu'au Brésil de notables concessions avaient été faites, et que la métropole semblait s'unir franchement dans son alliance avec la colonie. A la longue, et comme la chose a été bien prouvée depuis, l'instinct secret des populations devait triompher. Ici néanmoins, la lutte fut cachée d'abord, parce qu'en apparence les intérêts s'étaient confondus, et qu'il n'y avait pas de motif réel pour qu'on brisât violemment des liens qui existaient depuis trois siècles, et que la métropole déliait, disait-elle, elle-même de son propre mouvement.

Que l'on ne s'y trompe pas cependant; ce qui a renversé Jean VI, ce qui a contraint, quinze ans plus tard, don Pedro à l'abdication, c'est ce mot si simple que l'on répétait, en 1818, à Pernambuco: être ou ne pas être enfant du sol; Être ou ne pas être Brésilien. Le temps a prouvé ce que valent de telles paroles.

Depuis cent cinquante ans, le Brésil jouissait d'une paix profonde; et cette paix n'avait été troublée, au commencement du siècle, que par quelques révoltes partielles de nègres, qui avaient eu lieu dans le reconcave de San-Salvador, et qui avaient été repoussées aussitôt leur manifestation.

(* Notes dominicales, par M. L. T. de Tollenare, manuscrit déjà cité, et auquel nous avons emprunté ce récit important, avec le regret d'être contraint à l'abrégé.

Dès 1817, quelques troubles se manifestèrent à Pernambuco, parmi les hommes de couleur; des arrestations furent faites; on fusilla quelques militaires; quelques noirs furent mis à mort. Ces mesures furent considérées comme rigoureuses: mais les troubles qui les avaient rendues nécessaires ne se rattachaient, disait-on, que fort indirectement à la politique. Le gouvernement avait probablement quelque raison pour ne pas penser ainsi.

La tranquillité s'était rétablie complètement; mais on parlait de concilia-bules tenus sous les formes maçonniques. Il y avait eu des repas brésiliens où l'on avait exclu le pain et le vin d'Europe: on avait servi avec ostentation le manioc et le tafia du pays; enfin, on y avait porté des toasts contre la tyrannie royale et contre les Portugais d'Europe. Toute la ville était instruite de ces circonstances; on avait fait des représentations répétées au gouverneur Gaetano Pinto de Montenegro; mais celui-ci, homme de loi, fort ami de la paix, imprévoyant par caractère, et manquant d'énergie, avait cru ne devoir accorder aucun crédit à ces bruits populaires. On ajoute, d'ailleurs, qu'il était trompé par des conseils infidèles: il ne sut prendre aucune mesure.

Cependant, le 3 mars, on répandit le bruit que l'administration voulait sortir de sa léthargie, et que sa première opération serait dirigée contre quelques Brésiliens qui avaient tenu des propos séditieux; il est probable qu'elle venait d'être informée que les projets des conjurés approchaient de leur maturité. Toutefois le public paraissait bien éloigné de croire à une explosion prochaine, et jugea sans nécessité une proclamation que le gouverneur fit publier. Il y prêchait la paix, l'union, la soumission surtout; et, chose étrange, on y trouvait ces paroles: « Ne croyez pas que des expressions exagérées, échappées à la joie de posséder le souverain dans cet hémisphère, puissent être considérées comme criminelles; tranquillisez-vous donc. » On a supposé que Montene-

gro voulait endormir les conjurés, et leur inspirer ainsi une fausse sécurité; mais beaucoup de gens, et notamment les troupes, parurent apprendre, pour la première fois alors, qu'il fallait faire une distinction entre les Portugais brésiliens et ceux d'Europe; on défendait d'insulter ceux-ci. Cette proclamation, dans laquelle on ne vit, au premier coup d'œil, qu'un témoignage de faiblesse, excita les railleries des auteurs de la conjuration, fit hausser les épaules aux étrangers, et indigna, on le pense bien, les Portugais, qui voulaient des faits, et non des paroles, c'est-à-dire qu'on arrêta ceux que l'opinion publique désignait comme conjurateurs. L'opinion publique ne s'était pas trompée dans ses désignations.

Il paraît que le 5 le gouverneur convoqua un conseil où il fut décidé qu'on arrêterait soixante-dix personnes; et il paraît aussi que la décision et la liste furent communiquées par un traître aux personnes intéressées. Peut-être aussi ne l'a-t-elle été que depuis; c'est un point sur lequel il y a des rapports contradictoires.

Le 6 mars au matin, tout paraissait tranquille dans la ville. A dix heures même, la population semblait fort éloignée de songer au coup qui allait éclater. Cependant, vers onze heures, le gouverneur fit commencer les arrestations. Un homme, qu'on verra bientôt jouer le rôle principal dans la conjuration, Domingo-Jozé Martins, fut conduit en prison. Un général de brigade se rendit à la caserne, et y arrêta un officier du régiment d'artillerie. Il allait procéder au désarmement de plusieurs autres, lorsque le second officier désigné pour être conduit en prison, M. Jozé de Barros, entreprit de résister, et termina l'altercation qui s'élevait entre lui et son général, en lui plongeant son épée dans la poitrine. Ce premier sang versé est le signal de la révolution; à l'instant, les militaires de la caserne courent aux armes pour défendre Jozé de Barros. Les uns volent à la prison, délivrent Domingo-Jozé

Martins, et assassinent celui qui l'avait arrêté; les autres parcourent les rues de Saint-Antoine, font sonner le tocsin et battre la générale. Les habitants se précipitent armés dans les rues, sans connaître la cause du désordre. On n'entend pas encore le cri de liberté, mais celui de *Viva a patria, mata os marinheiros* (*). La fusillade s'engage sur divers points de l'île de Saint-Antoine, et le sang coule au cri de Vive la patrie.

Mais, dans cette circonstance critique, que fait le gouverneur après avoir ordonné d'agir avec sévérité? Il ne prend aucune mesure pour faire respecter son autorité; et, à la première décharge de mousqueterie, il se réfugie dans la forteresse de Brown.

L'évasion du gouverneur dérangent sans doute le plan des conjurés. Ils avaient résolu primitivement de l'assiéger dans son palais. Cette circonstance inattendue donna lieu immédiatement à la formation de deux partis; ils n'étaient séparés que par le pont Santo-Antonio: le premier se composait des marinheiros ou Portugais brésiliens, qui s'étaient armés au Recife; le second réunissait tous les insurgés, qui se trouvaient maîtres de Saint-Antoine et de Boa-Vista. Des excès horribles furent commis alors; et c'est dans ce moment de désordre que furent massacrés quatre matelots français qui étaient accourus au port pour secourir leur capitaine. Celui-ci leur avait remis une somme de quarante-huit mille francs en or; pour la transporter à bord; mais ils ne purent gagner la plage à temps; ils furent assassinés et dépouillés, non comme Français, il est vrai, mais comme marinheiros. Un seul, parmi eux, échappa (**).

(*) Vive la patrie, tuez les mariniers, c'était ainsi que les Brésiliens désignaient les Portugais d'Europe, à quelque classe qu'ils appartenissent. Depuis et durant les troubles de Rio, les Européens furent désignés par le sobriquet de *pé de chumbo*, pied de plomb; ils désignaient à leur tour les Brésiliens sous celui de *pé de cabra*, pied de chèvre.

(**) Un Français bien connu par la no-

Le gouverneur, qui s'était réfugié dans la forteresse de Brown, se désolait et ne prenait aucune mesure; il avait cependant pour lui tout le Recife armé, une assez nombreuse artillerie, et tous les marins du port disposés à le servir; il est probable qu'avec ces moyens il eût pu reprendre l'avantage sur les forces des insurgés, qui ne consistaient que dans le régiment d'artillerie, un très-petit nombre de blancs et de mulâtres qu'on avait mis dans le secret, et un plus grand nombre d'habitants, appartenant à toutes les couleurs, dont on s'emparait par la force, et que l'on contraignait à faire quelques patrouilles. C'est à peine si l'on remarquait quelques soldats du régiment du Recife; et il n'y avait peut-être pas un seul noir que pût réclamer le régiment d'Henrique Dias. Les insurgés n'avaient encore que trois petites pièces de campagne; leur fusillade n'avait été dirigée que contre des fuyards; ils n'avaient point éprouvé de résistance hors de la caserne; on remarquait le plus grand désordre parmi eux. Le passage du pont de Saint-Antoine, tenté avec détermination par les forces du Recife, eût très-probablement jeté une grande hésitation dans celles de Saint-Antoine, qui n'avaient alors pour tout appui qu'une misérable caserne, située dans une rue, et non isolée. Au lieu d'un coup d'éclat, on vit venir du fort de Brown l'ordre de couper le pont de Saint-Antoine; c'était s'avouer battu dans cette dernière partie de la ville, et donner au parti une confiance qu'il n'avait pas encore. En effet, ce fut à ce moment que les troupes et les conjurés, animés par les harangues du Padre João Ribeiro, arborèrent le drapeau blanc insurrectionnel. Un officier d'artillerie, M. Pedroso, homme de résolution, conduisit deux petites pièces au pont, les fit jouer avec succès contre les tra-

vailliers occupés à le couper. Ceux-ci n'étaient soutenus que par un feu de mousqueterie assez faible; il les mit en fuite; et, pénétrant avec audace sur ce pont qu'on voulait renverser, il osa entrer dans le Recife, où tout devait faire présumer qu'il trouverait sa perte, puisqu'il n'avait pas cent vingt hommes avec lui; mais aucune disposition n'avait été prise dans cette portion de la ville. L'épouvante s'y répand; chacun se cache ou s'enfuit; quelques personnes se jettent à la mer; un plus grand nombre cherche un asile dans les navires qui sont à l'ancre. En moins d'une heure, les insurgés se trouvent maîtres de toute la presqu'île, et le gouverneur, qui ne s'était pas montré un seul instant, se trouva renfermé avec deux cents ou deux cent cinquante hommes dans sa forteresse, sans communication avec Olinda, où les scènes du Recife avaient été répétées par la garnison secondée du peuple, qu'animait les cris de *Mata os marinheiros*.

La nuit du 6 au 7 se passa dans des alarmes continuelles; de part et d'autre on craignait que l'attaque n'eût lieu. De fortes patrouilles, organisées par les insurgés, parcouraient les rues. Pendant ce temps, les chefs organisaient une sorte de gouvernement provisoire; et, dès la pointe du jour, ils firent sommer le gouverneur de leur remettre la forteresse de Brown. Une capitulation eut lieu, et les formes en furent aussi ridicules qu'humiliantes pour ceux qui représentaient le pouvoir royal. Il fut convenu que le gouverneur s'embarquerait immédiatement sur une goëlette pour Rio de Janeiro; et, tandis qu'il se disposait à partir, sa petite garnison se joignait aux régiments insurgés (*).

(*) Dans cette capitulation, qui avait été écrite en style de procès-verbal, il était dit que le gouverneur, ayant appelé près de lui six ou sept généraux renfermés dans le fort, pour les consulter sur la possibilité de se défendre, ceux-ci avaient vérifié qu'il ne s'y trouvait aucune provision de guerre et de bouche, et que par conséquent ce serait

blesse et la fermeté de son caractère demanda plus tard au gouvernement provisoire de faire exhumer avec précaution ces trois victimes, afin de faire constater leur décès; mais il s'y refusa.

Le peuple vit assez froidement s'embarquer le gouverneur; celui-ci emporta surtout la malédiction des Européens; car le parti des indépendants comprenait fort bien que tout le succès qu'ils venaient d'obtenir tenait surtout à son inhabileté. Ce qu'il y a d'étrange sans doute, et ce qui est prouvé par des témoignages oculaires, c'est que le peuple ne montra d'abord aucun enthousiasme; il semblait croire que la révolution n'était dirigée que contre le gouvernement, et non contre le pouvoir royal. Les chefs de l'insurrection ne s'expliquaient encore que d'une manière fort vague sur leurs projets de république.

Après l'embarquement du gouverneur, tout rentra dans le calme. Le nouveau gouvernement s'organisa: une commission provisoire, composée de cinq membres, fut revêtue de tous les pouvoirs; elle se composait d'un ecclésiastique instruit, nommé João Ribeiro, de Jozé Luiz, jurisconsulte habile, de deux colonels, Manoel Correa d'Araujo et Domingo Jeddonio, et enfin d'un négociant dont le nom a survécu à peu près seul dans les récits ultérieurs. Comme c'est désormais sur Domingo-Jozé Martins que roulera la révolution, nous croyons devoir entrer dans quelques détails à son sujet. Ce chef de la première insurrection brésilienne était né à Bahia; il avait fondé d'abord une maison de commerce à Londres, qui s'était vue dans la nécessité de manquer. De retour au Brésil, il se retira au Ciara; et, à l'époque où une forte hausse se fit sentir dans les cotons, il gagna quelques capitaux, avec lesquels il vint s'établir sur la place du Recife. Ses opérations n'eurent rien de brillant; et, sa fortune ne lui permettant pas de prendre rang dans le haut commerce, il tourna ses yeux vers l'agriculture, et finit par posséder une sucrerie dont le produit eût pu suffire aux vœux d'un homme modeste. Mais inutilement répandre du sang que d'entreprendre de résister; en conséquence de cet avis, le gouverneur se voyait contraint d'accepter les conditions imposées par les insurgés, et il signait. La plupart des généraux restèrent prisonniers.

Domingo-Jozé Martins était ambitieux et ardent; le séjour qu'il avait fait en Europe, les connaissances qu'il prétendait y avoir acquises, lui donnèrent une certaine influence sur ses compatriotes. C'était chez lui que se tenaient les diners brésiliens dont nous avons parlé; et, dès l'origine, il fut regardé comme un des premiers auteurs de la révolution, s'il ne fut pas le principal. Ses désirs d'indépendance ne paraissent pas avoir été aussi désintéressés, il s'en faut bien, que ceux du curé Guerreiro, et de quelques chefs qui ont figuré dans les révolutions de l'Amérique du Sud. On l'a accusé, avec juste raison, d'avoir mis peu de délicatesse dans les moyens qu'il employa pour parvenir à une haute fortune. On ne saurait oublier qu'un des premiers usages qu'il fit de sa puissance momentanée, fut d'employer la menace pour se faire donner en mariage la fille d'un riche négociant du Recife, qui lui avait été d'abord refusée; mais il eut, dès l'origine, de la résolution et de la fermeté d'âme; et il montra surtout du sang-froid et de l'énergie au moment où, étant délivré de la prison, il appela ses compatriotes aux armes. Il ne se donnait, du reste, aucune peine pour justifier la révolution; mais il déployait une grande activité pour la faire marcher.

Le nouveau gouvernement étant une fois organisé, il publia plusieurs proclamations: on y appelait le peuple à secouer le joug d'une cour corrompue et coûteuse, où tout se faisait pour le profit des favoris, et rien pour celui de la nation. Il promettait une administration moins dispendieuse et plus nationale. Il restait une question importante à débattre, c'était celle de l'esclavage. Une proclamation fut publiée dans le but, sans doute, de rassurer les planteurs: on y déclarait que, bien que ce fût à regret, on ne toucherait pas encore au régime des nègres esclaves; et cela, non pas pour en approuver la justice, mais par respect pour les propriétés. On supprima aussi quelques impôts; mais les gens bien informés savaient, à n'en pouvoir dou-

ter, que cette dernière mesure ne pouvait être durable, et que l'accroissement du trésor public devenait de jour en jour plus nécessaire.

On proscrivit de la conversation les anciennes formules dont on trouvait la politesse trop servile; au lieu de *vossa merce*, on dit *vous* tout court; au lieu de *senhor*, on s'interpella par le mot *patriota*: cela équivalait à l'expression citoyen, et au tutoiement dont on s'était servi, en France, durant 93.

La croix du Christ, ainsi que les autres décorations royales, quittèrent les boutons; on fit disparaître les armes et les portraits du roi; on prépara un nouveau pavillon national. On avait arboré d'abord le pavillon blanc, mais ce n'était que pour rendre la transition moins brusque. On le présentait comme le symbole d'intentions pacifiques. C'est d'ailleurs celui avec lequel les forts portugais signalent, depuis longtemps, dans les ports, l'apparition des navires qu'on aperçoit des côtes. Il était important que les bâtiments venant du dehors vissent toujours le signal accoutumé, et entrassent sans défiance. C'est ce que désiraient surtout les insurgés, car on manquait absolument de vivres. On craignait qu'un nouveau pavillon n'effarouchât ceux qui auraient voulu aborder au Recife.

Vers le 30 mars 1817, l'indépendance avait pris une certaine consistance. On savait que Parahyba s'était joint au parti de Pernambuco, et avait organisé, de son côté, un gouvernement provisoire. Le canon annonça enfin l'adhésion du district d'Alagoas. On apprit même que la capitainerie de Rio-Grande du Nord suivait le même exemple. On allait jusqu'à espérer que le Ciara et le Maranham entreraient dans la coalition. Il ne paraissait pas impossible à quelques esprits que Bahia ne proclamât son indépendance. C'en était fait alors de la cause royale; car c'était de Bahia que devait venir la répression. L'espérance des insurgés ne reposait néanmoins sur aucune base certaine.

Le comte dos Arcos était alors gouverneur de l'ancienne capitale du Brésil. De bonne heure il fut informé du mouvement qui s'était manifesté à Pernambuco; et, avec une promptitude qui a toujours été considérée comme l'acte le plus important de sa vie politique, il organisa des troupes qui marchèrent contre cette province. Tandis qu'il prenait, avec une rare habileté, ces mesures répressives, Rio de Janeiro armait une flotte considérable: l'issue de la lutte n'était pas douteuse.

Ce qu'il y avait de remarquable sans doute dans le mouvement insurrectionnel, c'était l'imprévoyance avec laquelle il avait été monté. Il n'existait pas d'imprimerie à Pernambuco. Les hommes du pouvoir n'avaient pas même à leur disposition cet agent puissant de toutes les révolutions modernes. On fit venir une presse et des caractères de Londres; mais, quand tout cela fut arrivé, on ne sut où trouver des ouvriers pour s'en servir: deux moines, un Anglais et un marin français, se transformèrent à la hâte en ouvriers typographes. On sentait, en organisant cette imprimerie, qu'on avait grand besoin de ce puissant moyen de diriger l'opinion publique.

Il en était de même des vivres et des munitions: on n'avait rien fait pour s'en procurer. Quelques tentatives furent bien dirigées du côté des étrangers, pour les engager à faire des contrats de subsistance; elles furent sans effet. On tourna alors les yeux vers les États-Unis; et un homme intelligent, revêtu d'un caractère diplomatique, fut envoyé dans l'Amérique du Nord pour acheter des armes, des munitions et des vivres; l'événement qui se préparait rendait cette mesure inutile.

Grâce à l'activité du comte dos Arcos, dès le mois de mai une escadre assez considérable bloquait le port du Recife; l'armée royale avait opéré une descente aux Alagoas; et elle marchait sur la ville. Parahyba avait repris le pavillon portugais. Toutes les routes étaient interceptées, et une grande

confusion régnait dans Pernambuco. Une mesure importante, mais qui jetait le trouble dans la population, avait été prise quelque temps auparavant. C'était l'affranchissement d'un millier d'esclaves; et, à cette époque, les forces des insurgés pouvaient s'élever à dix ou douze mille hommes. Martins en prit le commandement.

Ce fut le 15 mai 1817 que fut livré le combat qui devait décider du sort des insurgés. Les deux armées se rencontrèrent sur le territoire de Serinhem, près du Salgado; mais que dire d'une semblable bataille? L'armée des patriotes se composait de pauvres *lavradores* et de *moradores*, ramassés de force sur la route, depuis les Alagoas jusqu'au Recife. On ne les avait ni armés ni vêtus; et, ne comprenant rien à la question, ils ne songeaient qu'à retourner à leurs travaux. L'armée royale était plus nombreuse sans doute; mais, à l'exception de la cavalerie, elle ne pouvait guère donner plus de confiance à son général. De pauvres Indiens, qu'on avait réunis à la hâte, s'étaient joints volontairement aux troupes de Bahia; et, comme cela était arrivé dans les guerres de la Hollande, on voyait marcher encore armés de leurs arcs ces débris des nations indigènes. On n'eut pas besoin de leur secours; le feu s'engagea entre les deux armées à une distance considérable, et, après quelques décharges, il cessa; car les troupes indépendantes s'éparpillèrent dans la campagne, ou se replièrent sur Pernambuco. Trois hommes seulement furent tués. Le général Mello, qui commandait les forces royales, resta maître du champ de bataille.

Quant à Domingo-Jozé Martins, il fut peut-être le seul, dans cette armée improvisée, qui montra un vrai courage. Blessé durant l'action, il se réfugia dans une chaumière, et s'y déguisa. Fuyant d'asile en asile, il fut dénoncé enfin par une Indienne. Une fois tombé au pouvoir des royalistes, il fut embarqué à Pontal, et conduit à la frégate qui devait le transporter à Bahia. Le sort des autres membres du

gouvernement provisoire ne fut pas meilleur. L'un d'eux trahit la cause qu'il avait embrassée, et il se couvrit d'infamie. Deux autres furent arrêtés. L'infortuné abbé Ribeiro fut le seul qui osât se donner la mort. Le 17 mai, la première révolution du Brésil était terminée; elle avait duré en tout deux mois et demi. Le 25, les couleurs portugaises flottaient sur tous les forts.

Nous n'entrerons pas ici dans de plus amples détails sur les désordres partiels qui eurent lieu, pendant deux ou trois jours, au Recife et à Olinda. Ils étaient inséparables de l'affluence des troupes et du débarquement des marins. Deux habitants, appartenant au parti des indépendants, furent massacrés; un plus grand nombre d'indifférents perdirent la vie. La flotte se montra insuffisante pour réprimer ces désordres; et la tranquillité ne fut rétablie complètement qu'à l'arrivée du maréchal de Mello.

Mais alors se manifesta la réaction royaliste; et, ce qu'il y a de plus fâcheux à dire, c'est qu'elle se manifesta par des dénonciations. On chercha à justifier la docilité avec laquelle on avait reçu le joug républicain. Il y eut quelques personnalités bien connues qui prétendirent naïvement n'avoir adhéré au nouveau gouvernement qu'afin de l'entraîner dans l'erreur, ou, pour mieux dire, de hâter sa ruine. Mais, tandis que les arrestations se multipliaient (*), et qu'on rendait à leurs maîtres les noirs, qui payaient par d'horribles fustigations un moment de liberté (**), la fin de ce drame sanglant

(*) L'habitude où l'on est, au Brésil, de se faire justice soi-même, donna lieu à des arrestations bizarres. Un Brésilien était en procès avec un autre; il l'arrêta avec ses nègres, et l'amena au Recife, garrotté, en affirmant que c'était un patriote. Celui-ci prouva le contraire, et l'arrêté fut arrêté à son tour. Un frère amena son frère la corde au cou, sous le prétexte qu'il était venu vendre des denrées à la ville.

(**) Beaucoup d'entre eux avaient commis des violences; mais le supplice qu'on leur infligea était, dit-on, déchirant. Les bour-

se préparait : Domingo-Jozé Martins était jugé à Bahia, et il recevait la mort avec courage, avec plusieurs de ses adhérents ; on dirigeait la plupart des prisonniers d'État sur la même ville, où ils devaient gémir longtemps dans les prisons ; et enfin, quatre chefs du parti indépendant subissaient le dernier supplice à Pernambuco.

Deux d'entre eux étaient ecclésiastiques ; mais la juridiction cléricale ne put rien faire en leur faveur. Les deux autres appartenaient à l'état militaire, et s'étaient fait remarquer par leur ardeur pendant l'insurrection. C'étaient Jozé de Barros et Domingo Teodonio, qui avaient occupé jadis un rang dans l'armée.

EXÉCUTION DE PLUSIEURS CHEFS DE L'INSURRECTION. Les habitants de Pernambuco n'ont pas encore perdu le souvenir de cette terrible exécution. Nous en rappellerons les circonstances principales. Ce fut vers le mois de juillet que le jugement fut rendu. Les condamnés, la corde au cou, attendirent, pendant longtemps, que le cortège qui devait les accompagner se fût réuni. Les soldats, qui le formaient en partie, marchaient l'arme baissée, et le tambour battait comme aux funérailles. Selon l'ancien usage, les confréries arrivèrent lentement, les unes après les autres, et elles portaient des bannières qu'elles vinrent successivement présenter devant les patients. Un officier supérieur de justice, portant l'habit et le manteau de deuil, se présenta ; il était monté sur un cheval noir, et précédé d'un acade vêtu de rouge, monté également à cheval. Cet officier inférieur portait à la main un flambeau de cire jaune : on put croire

reaux étaient des criminels condamnés aux fers, et les spectateurs leur donnaient de l'argent pour les exciter à frapper de toute leur vigueur. Le patient était lié debout à une grille de fer, et dépouillé de la ceinture aux pieds. Les douze premiers coups mettaient la chair à découvert : on en donnait depuis 100 jusqu'à 300. Peu d'entre eux jetèrent des cris, mais quelques-uns s'évanouirent. On fustigea aussi des mulâtres et des demi-blancs.

un instant que la sentence de mort allait être lue ; mais de nouvelles députations du clergé apparurent encore, et vinrent réciter les prières de quarante heures. Tout cela se passait devant le perron de la geôle. Enfin le cortège s'ébranla, et il était fermé par les exécuteurs. Ces deux bourreaux étaient deux nègres condamnés à mort, mais auxquels on avait épargné le dernier supplice, pour qu'ils prêtassent leur terrible ministère à la justice. Arrivé au lieu de l'exécution, le curé d'Itamaraca, l'abbé Tenoiro, vêtu d'une aube et d'un camail blanc, put à peine faire quelques pas vers la potence ; car il était affaibli par la maladie. Des moines franciscains le soutenaient, et un jeune bénédictin l'accompagna jusqu'à la fatale échelle. Il ne pouvait parler, mais la voix du moine se fit entendre : « Sa mort l'acquitte envers la société ; au delà ne voyez qu'un frère. » Les bourreaux remplirent leur office ; toutefois ce fut en versant des larmes. Les deux militaires montrèrent une grande fermeté. Jozé de Barros brava les assistants, et Domingo Teodonio les harangua avec chaleur. Il reconnut qu'il s'était trompé ; mais il rappela que son cœur l'avait entraîné, et qu'il avait cru agir pour le bonheur de son pays. Il avait un fils à recommander à la considération publique, et il le fit dans des termes qui excitèrent le plus vif intérêt.

Parmi ces hommes auxquels la prudence faillit, mais qui ne manquèrent jamais de courage, il en est un qui mérite sans doute plus que les autres les sympathies de l'historien : c'est cet abbé Ribeiro, qui avait été nommé président du gouvernement provisoire, et dont le nom est resté si complètement inconnu en Europe, que l'on ne saurait citer aucun ouvrage spécial qui se soit occupé de lui.

L'abbé Jean Ribeiro était un ecclésiastique instruit, mais sans fortune ; et il avait une philosophie pratique suffisante pour se contenter de la position dans laquelle le sort l'avait placé (*). Comme une foule d'ecclésiastiques

(*) Il était professeur de dessin au col-

tiques de l'Amérique méridionale, il était nourri de la lecture des philosophes du dernier siècle; et, ainsi qu'il le disait lui-même, il ne respirait que pour la liberté. Les œuvres de Condorcet avaient exercé principalement leur influence sur son esprit; il témoignait, dit-on, la plus haute confiance dans les progrès de l'esprit humain. Son imagination, on l'a remarqué, allait plus vite que son siècle, et surtout beaucoup plus avant que le génie de ses compatriotes. « Aujourd'hui, écrivait en présence des événements un homme qui ne partageait pas ses opinions, mais qui les jugeait avec une rare sagacité, aujourd'hui il est moins enivré de l'honneur d'être le premier magistrat de son pays, que de la gloire d'en être le régénérateur. Je me plais à rendre justice à ses intentions, je les crois bonnes; mais, je dois aussi le dire, il a plus d'enthousiasme que de talents administratifs. Je le trouve, sous ce rapport, d'une faiblesse extrême. Il n'a aucune connaissance des hommes; l'art de manier leurs passions lui est aussi inconnu que l'intrigue. Cet homme saura se sacrifier pour sa patrie, mais il ne saura pas la sauver. »

Ces paroles remarquables étaient écrites le 23 mars: deux mois après, l'abbé Jean Ribeiro, qui avait suivi l'armée des indépendants, pieds et jambes nus, pour donner l'exemple des privations, ce pauvre prêtre, qui semblait ne devoir jamais prendre part à aucune action politique, était le seul qui eût le courage de se donner volontairement la mort, et sa tête sanglante était promenée, au bout d'une pique, dans les rues de Pernambuco (*).

lège d'Olinda. Cet emploi ayant été supprimé, il obtint la place de desservant d'un hôpital; ce qui lui valait un traitement annuel d'environ trois mille francs. Il continuait d'y exercer l'art qu'il cultivait, et le traitement qu'il recevait l'avait mis à même de se livrer à l'étude des sciences, pour laquelle il avait une passion sincère; il se proposait d'ouvrir un cours de physique, et il possédait quelques instruments.

(*) Il se tua à trois lieues de cette ville.

NOUVEAUX MOUVEMENTS INSURRECTIONNELS DE PERNAMBUCO. Depuis, et durant cette effervescence générale qui s'est fait sentir au Brésil, deux autres mouvements insurrectionnels ont eu lieu à Pernambuco, l'un en 1824, l'autre vers 1829: tous deux sans doute se rattachaient aux anciens principes qui avaient été manifestés lors de la première révolution; mais ils avaient aussi pour but de consolider des intérêts locaux, dont nous ne pouvons pas suffisamment comprendre l'importance, si loin du théâtre de ces discussions orageuses. Nous nous abstenons de détails à ce sujet, et nous dirons seulement que la dernière insurrection peut fournir une preuve des progrès rapides que l'esprit du gouvernement constitutionnel a faits au Brésil. L'empereur rendit deux décrets à cette époque pour suspendre les lois concernant la liberté individuelle, et il voulut établir en même temps une commission militaire pour juger sans appel les chefs de cette conspiration. « Ces mesures inconstitutionnelles furent généralement blâmées, dit M. Warden, et elles excitèrent un grand mécontentement, la révolte ayant été d'ailleurs aussitôt comprimée que commencée. Une pétition fut même adressée à la législature pour mettre en accusation le ministre de la justice, qui, s'étant permis l'arrestation de plusieurs individus, avait violé les formalités prescrites par la loi (*). » Les décrets qui avaient excité une réprobation si générale furent rapportés.

POPULATION AGRICOLE DE PERNAMBUCO. Nous avons essayé de faire connaître en quelques mots les divisions politiques de Pernambuco, la fertilité de son territoire, la variété de ses productions, et surtout la disposi-

Pour conserver à ce récit toute sa vérité historique, nous devons ajouter que les deux hommes qui montrèrent le plus d'énergie comme gens d'action, furent Martins et Antonio Carlos.

(*) L'Art de vérifier les dates, depuis l'année 1770 jusqu'à nos jours, t. XIV, p. 399.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARATA, Alexandre Mansur. “Sociabilidade maçônica e Independência do Brasil (1820-1822)”. In: JANCSÓ, István. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 677-706.

BARRETO, Celia de Barros. “A ação das sociedades secretas”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira, II: O Brasil monárquico. 1. O processo de emancipação*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993. p. 191-206.

CABRAL, Flavio José Gomes. “D. João VI entre Napoleão e os revolucionários de 1817”. In: MEIRELLES, Juliana Gesuelli; CARVALHO, Marieta Pinheiro de (Org.). *Leituras e interpretações sobre a época joanina, 1792-1826*. Curitiba:Prismas, 2016. p. 255-272.

DENIS, Ferdinand. *L'Univers: histoire et description du Brésil*, par M. Ferdinand Denis. Colombie et Guyanes, par M. C. Famin. Paris: Typographie de Firmin Didot & Frères, 1839.

L'Art de vérifier des dates, depuis l'année 1770 jusqu'à nos jours, t. XIV.

LIMA, Manuel de Oliveira. “Anotações”. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Terceira edição comemorativa do 1º centenário revista e anotada por Oliveira Lima. Recife: Imprensa Industrial, 1917.

LIMA, Manuel de Oliveira. “Conferência realizada a 19 de março de 1917 na Paraíba”. *Revista do*

Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, p. 269-283; e *Revista do Brasil*, v. IV, jan.-abr. 1917, ano II, p. 431-443.

LIMA, Manuel de Oliveira. “Discurso oficial na comemoração do centenário da Revolução de 1817”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, edição comemorativa do 1º centenário da revolução republicana de 181, v. XIX, n. 95-98, 1918, p. 42-55.

LIMA, Manuel de Oliveira. “Domingos José Martins”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. XIX, n. 95-98, p. 161-162, 1918.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Obra seleta, organizada sob a direção de Barbosa Lima Sobrinho*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971.

LIMA, Manuel de Oliveira. “O Brasil e os estrangeiros”. In: LIMA, Manuel de Oliveira. *O Descobrimento do Brasil e outros ensaios*. Organização, prefácio e notas de André Heráclio do Rêgo. São Paulo: Publicações da Biblioteca Brasileira Mindlin, da Universidade de São Paulo, 2021.

LIMA, Manuel de Oliveira. “Parecer de 8 de janeiro de 1917 de Oliveira Lima como Presidente da Comissão Executiva”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, edição comemorativa do 1º centenário da revolução republicana de 1817, v. XIX, n. 95-98, 1918.

LIMA, Manuel de Oliveira. “Prefácio”. In: TOLLENARE, L. F. de. *Notas dominicaes tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos 1816, 1817 e 1818. Parte relativa a Pernambuco, traduzida do*

manuscripto francez inédito por Alfredo de Carvalho. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1905.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALER, coronel. “Ofícios de 28 e de 29 de março de 1817 ao Exmo. Sr. Duque de Richelieu, Ministro e Secretário de Estados dos Negócios Estrangeiros”. Em: “Para a História da Revolução de 1817. Documentos inéditos existentes no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. Mandados copiar e oferecidos ao Instituto pelo sócio honorário Dr. Manuel de Oliveira Lima”. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, v. XII, n. 65-70, p. 317-334, 1906.

MAUL, Carlos. *História da Independência do Brasil*, volumes 1 e 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: H. Redo y Gubau & Comp., 1921.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. *A ideia de revolução no Brasil e outras ideias*. São Paulo: Globo, 2008.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. “O processo de Independência no Nordeste”. In: MOTA, Carlos Guilherme. 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 205-230.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1996.

QUINTAS, Amaro. “A agitação republicana no Nordeste”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*, volume II: *O Brasil monárquico*. 1. O processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1993, p. 207-237.

RAMOS, Rui. “Invasões francesas, tutela inglesa e monarquia brasileira (1807-1820)”. In: RAMOS, Rui (Coord.). *História de Portugal*, v. 5. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 35-52.

Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano. Edição comemorativa do 1º centenário da revolução republicana de 1817, v. XIX, n. 95-98, 1918.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. “O avesso da Independência. Pernambuco (1817-1824)”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 343-384.

SOUZA, George F. Cabral de. “Apresentação”. In: TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 5ª ed. Recife: CEPE, 2017, p. 7-24.

SOUZA, Laura de Mello e. “A vinda da família real: possibilidades interpretativas”. *Revista da Biblioteca*

Mário de Andrade, Dossiê Impressão Régia, n. 63, nov. 2007, p. 81-98.

TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. 5^a ed. Recife: CEPE, 2017.

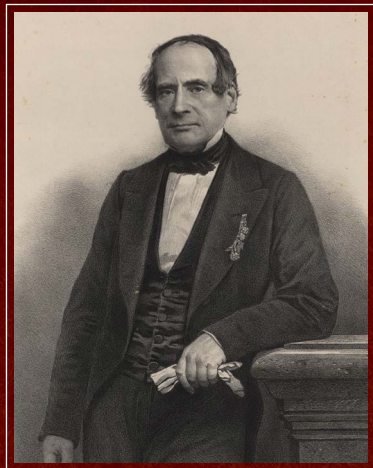
TOLLENARE, L.F. de. *Notes dominicales prises pendant un Voyage em Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Tome II. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

VARGUES, Isabel Nobre. “O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 41-55.

SOBRE O ORGANIZADOR E TRADUTOR

André Heráclio do Rêgo, pernambucano do Recife, é graduado em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco, mestre em Estudos Ibéricos e Ibero-americanos pela Universidade de Paris X (Nanterre), doutor em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusófona pela mesma universidade, além de pós-doutor em História Social pela Universidade Católica de Lisboa e pelo Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP). Diplomata de carreira, ocupa atualmente o cargo de Ministro de Segunda Classe, e serviu em Bonn, Berlim, Estocolmo, Lisboa e Assunção. Também historiador, é sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e da Sociedade de Geografia de Lisboa, e tem obras publicadas sobre família e coronelismo e imagem e representação dos sertões. Especialista na vida e obra de Manoel de Oliveira Lima, publicou *Oliveira Lima, um historiador das Américas* (Cepe, 2017) e organizou o livro *Oliveira Lima e a longa história da Independência* (Alameda Editorial, 2021), bem como o volume com ensaios pouco conhecidos do historiador pernambucano, intitulado *O descobrimento do Brasil e outros ensaios* (Biblioteca Brasileira Mindlin, 2021).

Edição composta nas fontes Bodoni Moda e Lora,
diagramada no formato 11,0 x 18,5 cm,
projetada para veiculação digital
em versão E-book,
pela Editora Massangana, em 2022.



“De Pernambuco partiu o primeiro grito de liberdade que convocou o Brasil à independência. Foi lá que se formou a primeira revolução onde foram discutidos os direitos do país. Para todos os países da América é uma grande época histórica, sem dúvida, aquela que fez prever a emancipação do Brasil.”

Assim se expressou o francês Ferdinand Denis, testemunha ocular da história, ao escrever sobre a Revolução de 1817, ocorrida no Nordeste, considerada um marco na história nacional. Este volume da Editora Massangana inaugura a coleção *A Outra Independência* trazendo o texto de Ferdinand Denis, publicado originalmente na França, em 1839, além de sua tradução, das notas e dos comentários do diplomata e historiador pernambucano André Heráclio do Rêgo.

ISBN 978-65-5737-028-5

